



OVER | Pharma
life overall



RELATÓRIO E CONTAS

2023

ÍNDICE

- 01. MENSAGEM DA GERÊNCIA
- 02. RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE
- 03. RELATÓRIO DE GESTÃO
- 04. INFORMAÇÃO SOCIETÁRIA
- 05. INFORMAÇÃO FINANCEIRA
 - 05.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 - 05.2 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
- 06. RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO E CONTAS

2023



01.

MENSAGEM DA
GERÊNCIA



MENSAGEM DA GERÊNCIA

Estimados Parceiros,

A constante e permanente evolução da saúde, obriga a uma flexibilidade de adaptação das empresas que operam neste sector. O ano de 2023 não foi exceção, mas foi com grande prazer que superámos muitos dos desafios que se nos colocaram, não apenas relacionados com a conjuntura económica, mas também com as mudanças que ocorreram no SNS.

A escassez de alguns medicamentos no mercado, a rutura de alguns dispositivos médicos de consumo clínico motivada pelos atrasos de fabrico na origem e a pressão por parte dos concorrentes foram alguns dos nossos principais obstáculos, mas a empresa conseguiu manter a qualidade dos seus serviços e a satisfação dos clientes, através de uma gestão eficiente dos recursos e da implementação de novas estratégias de negócio.

Internamente, estabilizámos a nossa equipa, com a adoção de novas políticas de recursos humanos e retenção de talento, mas também adotando modelos de trabalho mais flexível, privilegiando cada vez mais o tão falado work life balance.

Estrategicamente, adotamos novas metodologias de trabalho com os nossos principais parceiros, que nos permitiu crescer de forma a alcançarmos os nossos objetivos em segmentos de negócio com especial importância para a Overpharma, mas também para o Grupo FHC.

Continuamos a querer cada vez mais afinar e alinhar as nossas ações com o nosso propósito, impactando positivamente a vida das pessoas que possam beneficiar com as soluções terapêuticas que apresentamos, mas que representem também boas práticas para os profissionais de saúde, contribuindo para a sustentabilidade do sistema.

Para o ano de 2024, a empresa tem como objetivo consolidar a sua posição no mercado, expandindo a sua carteira de clientes e diversificando a sua oferta de produtos e serviços. Pretendemos também investir em novas tecnologias e processos, de forma a aumentar a eficiência operacional e a melhorar a experiência dos clientes. Além disso, a empresa irá manter um foco constante na formação e desenvolvimento dos colaboradores, de modo a garantir uma equipa motivada e qualificada.

Por fim, queremos transmitir confiança e transparência aos nossos parceiros e stakeholders, reafirmando o compromisso da empresa com a excelência e a inovação no setor farmacêutico, e um especial agradecimento aos nossos colaboradores, que permitem que continuemos a crescer e a evoluir neste mercado tão desafiante.

Ana Isabel Nunes

Diretora Geral

RELATÓRIO E CONTAS

2023



02.

RELATÓRIO DE
SUSTENTABILIDADE



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE GRUPO FHC

CAPITAL HUMANO

FUTURE OF WORK

A gestão organizacional do Grupo FHC permite a observação da organização e distribuição de responsabilidades nos diferentes processos, a identificação e acompanhamento das ações necessárias à prossecução dos seus objetivos, permitindo uma maior eficiência na comunicação, maior motivação das pessoas, maximização do uso de recursos, bem como o maior desenvolvimento de competências dentro da organização.

EMPREGO

A perspetiva de crescimento do Grupo FHC acompanha a realidade da maioria das empresas. Este crescimento identifica, assim, a necessidade de reforçar as equipas de trabalho. De uma forma geral, observou-se um crescimento transversal a todas as empresas do Grupo FHC. Neste âmbito, a preocupação central é o engagement entre os colaboradores, reforçando a ligação com o Grupo.

Recrutamento e Seleção

O processo de recrutamento e seleção do Grupo FHC é gerido de uma forma centralizada, permitindo a identificação e alocação dos melhores candidatos pelas vagas disponíveis. Esta estratégia possibilita que consigamos realçar o potencial dos candidatos, acrescentando valor às equipas e diferenciando-as num mercado tão competitivo.

Programa de Estágios

Somos referência para o acolhimento de diferentes tipologias de estágios, nomeadamente estágios profissionais, curriculares, de verão e extracurriculares. Os protocolos e parcerias estabelecidas com as escolas reforçam a nossa presença no mercado e permite-nos uma aproximação com a academia, reduzindo o gap existente entre o meio académico e o meio profissional.

Adicionalmente, colaboramos com as escolas e CDLS em atividades que permitam aos alunos e população desempregada conhecer a realidade do Grupo FHC. Exemplo dessas atividades são “Na Sombra de um Profissional” e os programas Open Day’s, nas diferentes Empresas do Grupo FHC.

Acolhimento & Integração

O investimento no desenvolvimento do capital humano continua a definir a grandeza da nossa Organização e a importância que damos ao ser singular no coletivo. Este posicionamento irá permitir-nos chegar mais longe.

Conscientes dessa importância, depositamos no processo de onboarding um investimento que consideramos crucial. A definição clara do plano de acolhimento e integração aos novos colaboradores permite-nos a uma maior retenção e produtividade.

Numa perspetiva de melhoria contínua e conscientes de que qualquer processo assenta na monitorização das ações a ele inerentes iniciou-se em 2023 a avaliação do onboarding, realizada se a colaboradores que completam 6 meses de antiguidade.

Até à data, foi possível apurar as respostas dadas até ao mês de outubro, conferindo uma taxa de participação de 42%.

DIVERSIDADE E IGUALDADE

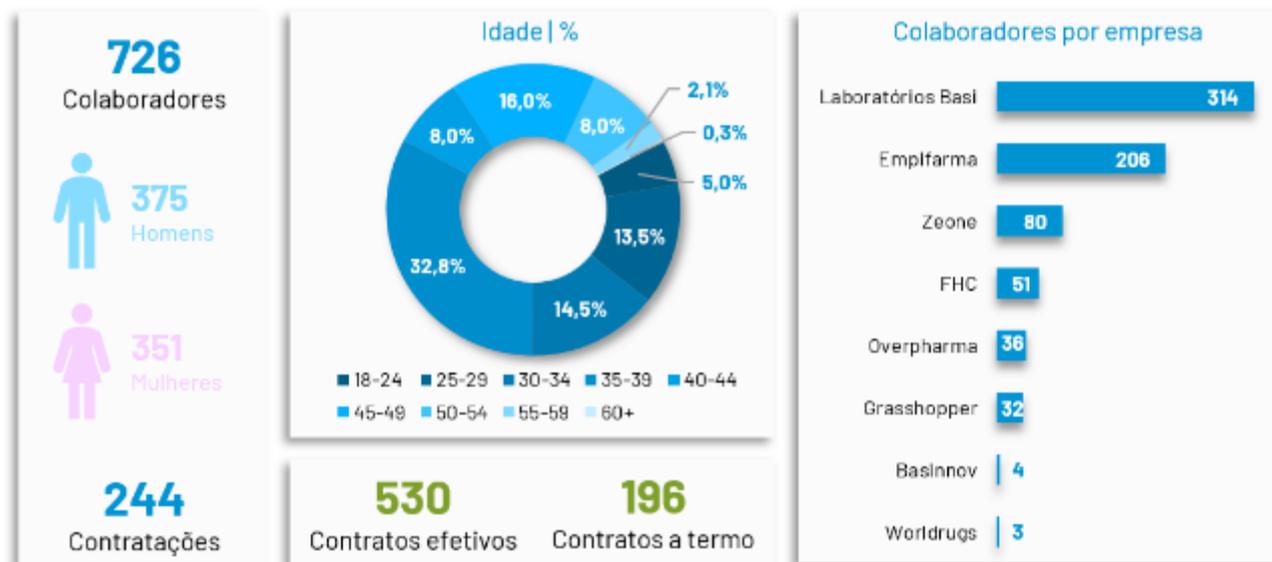
A inclusão, diversidade e igualdade são a base da estratégia que está na gestão de pessoas do Grupo FHC. Ao promover um ambiente justo, diversificado e igual para todos estamos a contribuir para a construção de um ambiente de trabalho mais produtivo e motivador, onde a diversidade de ideias e perspetivas leva a resultados mais inovadores e disruptivos para a Organização.

Além disso, é garantido que todos os elementos tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento de carreira, que se garanta a equidade salarial e condições de trabalho justas, proporcionando um ambiente inclusivo e respeitoso para todos.

No que respeita a indicadores macro, o ano de 2023 foi assinalado pelo crescimento de *headcount* global, contando com 726 colaboradores, sendo que no decorrer do ano contamos com 244 novas contratações. Este indicador, refere-se a reforço das equipas, mais do que a substituições por cessações de contrato, uma vez que o turnover global se situou abaixo dos 2.

A nível da distribuição por género, continuamos com números bastante equilibrados, onde cerca de 52% são colaboradores do género masculino e 48% são colaboradoras do género feminino.

Por sua vez, 62% dos colaboradores do género masculino desempenham funções e cargos de gestão e 38% de colaboradoras do género feminino assumem cargos de gestão.



DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Dando continuidade ao trabalho que tem vindo a ser concretizado ao longo dos últimos anos, o Grupo FHC mantém presente o compromisso e a iniciativa de criação de parceiras e protocolos com estabelecimentos de Ensino que permitam a aproximação entre a academia e o meio empresarial, quer seja pelo acolhimento de alunos em estágios, quer seja em colaboração com a Pharma Academy no desenho de percursos formativos que permitam o desenvolvimento de competências ajustadas às necessidades reais da empresa e dos desafios que o meio impõe.

Formação

A Pharma Academy FHC Group assume o papel central da estratégia identificada, posicionando-se por si só, num negócio próprio de escola/academia com características próprias, únicas e exclusivas na Indústria Farmacêutica.

O modelo de formação e desenvolvimento de competências foi desenhado para servir de orientação estratégica na relação entre os objetivos estratégicos da Organização e dos seus colaboradores. Vocacionada para a valorização dos quadros internos, assegura e colmata as dificuldades de formação profissional do setor, acrescentando valor aos nossos recursos.

As soluções formativas apresentadas e disponibilizadas acompanham a execução dos planos de formação, mas pretendem criar, acima de tudo, experiências diferenciadoras ao desempenho de funções dos colaboradores.

Desta forma, a taxa de cumprimento dos planos de formação e o número de horas de formação concretizada no ano de 2023 aumentou significativamente em relação a 2022, passando de 8.007 horas registadas em 2022 para 25.119 horas em 2023.

Em 2023, iniciou-se a construção de um dashboard de monitorização das horas de formação executadas, para controlo do budget, do número de ações concretizadas e do número de colaboradores abrangidos.

A aposta na divulgação de ações e a sua monitorização, o levantamento cuidadoso das reais necessidades de formação das equipas são alguns dos aspetos fundamentais que se perspetivam como ações de melhoria contínua e acompanhamento da atividade da Pharma Academy FHC Group e que irão contribuir para o contínuo desenvolvimento das pessoas.

GESTÃO DE DESEMPENHO

A gestão de desempenho apresenta-se como forma de estabelecer e alinhar os padrões esperados de comportamento e desempenho dos colaboradores, promovendo um padrão de excelência, mas também permitindo o desenvolvimento contínuo de cada colaborador através da clara identificação dos pontos fortes e dos pontos a desenvolver.

Por este motivo, procedeu-se à revisão do sistema de avaliação de desempenho em 2023. Este trabalho, permitiu mapear todas as funções por grupos funcionais: Funções Operacionais (Operacionais, Assistentes, Técnicos, Técnicos Especializados) e Funções de Gestão (Coordenadores, Gestores, Diretores e Diretores Gerais) e avaliar mediante 3 grupos de competências, que orientam a atuação dos colaboradores e transmitem o ADN do Grupo FHC (Corporativas), que contemplam as necessidades particulares de cada Grupo Funcional / Nível Funcional Interno (Transversais) e também de cada uma das funções (Específicas).

Competências Corporativas: transmitem o ADN do Grupo e reforçam a cultura, os valores, a missão, a visão e a estratégia do Grupo FHC. Devem orientar a atuação de todos os colaboradores do Grupo FHC.

Competências Transversais: transmitem as necessidades comportamentais específicas de cada grupo funcional / nível funcional interno. São competências comuns por grupo funcional ou nível funcional interno.

Competências Específicas: são competências diretamente relacionadas com o exercício da função, bem como os conhecimentos e habilidades exigidas. Normalmente, traduzem-se em competências técnicas e transmitem as necessidades específicas de cada função.

As diferentes competências de cada grupo são avaliadas em 4 níveis de proficiência – do nível 1 ao nível 4.

PROUD TO BE

Atentos às mudanças e desafios que a gestão de pessoas tem tido, o Grupo FHC tem reforçado as suas preocupações para a manutenção de um bom ambiente de trabalho, que permita aos colaboradores sentirem-se bem e motivados. Exemplos disso são o reforço em formação em liderança, momentos de lazer que permitam o convívio fora contexto de trabalho, flexibilidade de horários que permitam um maior equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, garantindo o melhor equilíbrio entre as necessidades da Organização e do colaborador.

Mantêm-se as parcerias estabelecidas no ano de 2022, e anteriores, procurando sempre encetar protocolos e parcerias vantajosas para os colaboradores do Grupo FHC. Neste sentido, em 2023, são estas as novas iniciativas:

Osteopata – Micael Ricardino

O Grupo FHC juntamente com o Dr. Micael Ricardino, altamente experiente na área de Osteopatia e Neuro-Osteoterapia, criou uma parceria para oferecer aos colaboradores do Grupo um desconto de 15% nos seus tratamentos e serviços. Esta parceria proporciona a todos uma oportunidade de cuidar da saúde de forma mais acessível e eficaz.

ActivoBank

Foi estabelecida uma parceria com o ActivoBank que abrange todos os colaboradores do Grupo FHC por forma a acederem a melhores condições nos serviços bancários.

SEGURANÇA E SAÚDE

Assim como o observado em anos anteriores, 2023 manteve um elevado nível de exigência aos processos de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho das várias empresas do Grupo FHC.

Foi alcançado, tal como o anunciado no ano de 2022, a certificação na norma ISO45001 – Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, distinção que reforça a organização interna e aumenta a responsabilidade da FHC Farmacêutica e da Empifarma.

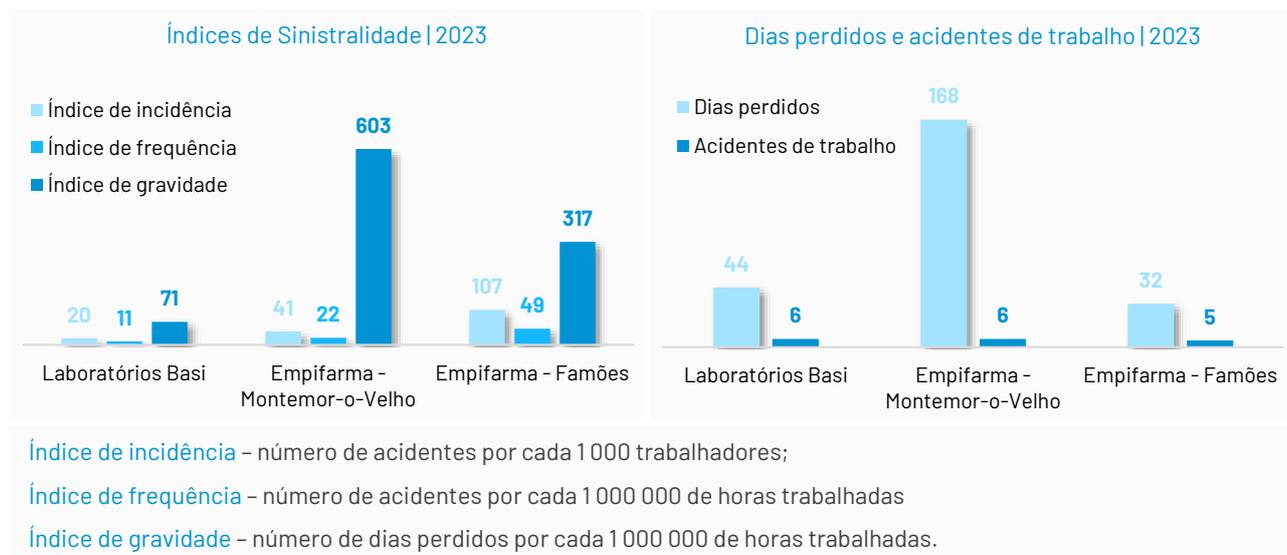
O ano de 2023 foi importante pela consolidação de processos, mas sobretudo pela decisão estratégica de uniformizar os processos de certificação a todas as empresas, alargando desta forma o âmbito da ISO45001 a todas as organizações.

É nesta base que se avança para 2024, com a consciência plena do desafio, mas sobretudo dos benefícios que a disseminação de boas práticas pode refletir interna e externamente.

Destaca-se em 2023 a entrada em vigor da nova plataforma digital de qualificação e entidades externas em matéria de Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, ferramenta que se mostrou essencial na gestão de requisitos e na capacidade de influência dos nossos parceiros.

No que respeita à gestão de incidentes, o ano em análise reflete um desempenho positivo, embora com potencial de melhoria.

Registaram-se ocorrências na Empifarma, tanto na unidade logística de Famões como em Montemor-o-Velho, e também nos Laboratórios Basi. Nas restantes empresas do Grupo FHC não se registaram ao longo de 2023 qualquer incidente.



O foco continua na melhoria das condições de trabalho de todo o universo do Grupo FHC. Trata-se de um trabalho contínuo e global, em que todos, sem exceção, cumprem um papel relevante para os objetivos serem alcançados.

Mesmo sabendo que não será uma tarefa fácil, mantém-se a ambição de alcançar globalmente a meta de zero dias perdidos por via da ocorrência de incidentes.

ATIVIDADES A DESTACAR

Em 2023, assinalaram-se 25 anos de existência do Grupo FHC e, por se tratar de um marco importante, foram desenvolvidas ao longo de todo o ano diversas atividades que tiveram como principal propósito a partilha e o espírito de grupo entre colaboradores de todas as empresas do Grupo FHC.

TORNEIO FUTSAL

O Torneio de Futsal ocorreu no dia 18 de março, no Pavilhão Municipal e no Pavilhão da Escola Secundária de Mortágua.

Este evento foi um sucesso, reunindo diversas equipas de várias empresas do Grupo FHC. Os jogos foram disputados com muito entusiasmo e espírito desportivo, promovendo a integração e o *networking* entre os participantes.



PODCAST EFEAGÁCAST

O Efeagácast foi uma ferramenta de comunicação utilizada pelo Grupo FHC para interagir com os colaboradores, clientes e outras partes interessadas.

Foi publicado no canal de Youtube do Grupo e através do episódio foram partilhados diversos tópicos relativos à história do Grupo FHC.



SEMANA DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

No grupo FHC este é um tema de extrema importância. Por esse motivo, são promovidas, durante a semana de 24 a 28 de abril, algumas atividades, tais como a apresentação do estudo de Avaliação Ergonómica de uma área produtiva; uma campanha de doação de sangue com o apoio do Instituto Português do Sangue e da Transplantação; e a apresentação e arranque do projeto corporativo de Ginástica Laboral.



TORNEIO FOOTGOLF

O Torneio de Footgolf ocorreu no dia 29 de abril, no Montebelo Golfe e contou com o apoio do FootGolf Portugal - PFFG.

Foi um dia diferente, com um desporto ainda pouco conhecido e que contou com a participação de colaboradores de todas as empresas do Grupo FHC.



VODAFONE RALLY DE PORTUGAL

A 12 de maio o Grupo FHC associou-se ao Vodafone Rally de Portugal criando a Fun Zone FHC Group – uma zona exclusiva a funcionários do Grupo. Esta atividade foi uma experiência emocionante, que combinou aventura, convívio e uma oportunidade única de observar de perto a adrenalina das competições de Rally.



TORNEIO DE PADEL

O Torneio de Padel contou com duas edições – 15 de abril e 21 de outubro. A 1ª edição ocorreu em 6 cidades (Lisboa, Coimbra, Figueira da Foz, Tondela, Viseu e Madrid) e a 2ª edição ocorreu em Tondela.

Esta atividade teve como objetivo promover o trabalho em equipa e o bem-estar. Através de um ambiente competitivo e divertido procurou-se fortalecer as relações interpessoais e incentivar os colaboradores a um estilo de vida ativo.



MAGUSTO & 25 ANOS GRUPO FHC

No dia 10 de novembro ocorreu nos Laboratórios Basi a celebração do Magusto e dos 25 Anos do Grupo FHC.

Este evento visou fortalecer o espírito de equipa e a cultura organizacional, promovendo um ambiente de celebração e reconhecimento. Foi uma oportunidade única de reforçar os laços entre os colaboradores, celebrar as conquistas passadas e renovar o compromisso com os desafios futuros.



ALMOÇO ANUAL

Pela 1ª vez em 25 anos e, devido ao grande aumento de *headcount*, cada unidade de negócio organizou o seu próprio almoço.

Cada almoço teve como foco a celebração das conquistas de 2023, fortalecer os laços entre os colaboradores, promover a integração entre diferentes departamentos e reconhecer o trabalho árduo e dedicação de todos.



RESPONSABILIDADE SOCIAL

ENVOLVIMENTO COM A COMUNIDADE

Todos pertencemos a uma comunidade e, por isso, o Grupo FHC promove iniciativas e causas que impactem de forma positiva e responsável a sociedade.

Todos os anos as empresas do Grupo FHC contribuem em forma de ações ou donativos e, por isso, o ano de 2023 não foi exceção. Os donativos no ano de 2023 totalizaram o valor de 245 mil euros, compreendendo este valor apoios monetários e produtos médicos e farmacêuticos doados a associações, ações de solidariedade, apoio ao desporto, entre outras.

245 k Euros

Em donativos no ano 2023

+ de 29k unidades

De produtos médicos e farmacêuticos doados

INICIATIVA AMBIENTAL

No dia 08 de julho de 2023, o Grupo FHC levou a cabo pelo segundo ano consecutivo, uma iniciativa extralaboral de cariz ambiental e social.

Pela mão dos mais de 150 participantes, foi possível recolher aproximadamente 150 Kg de resíduos das margens da barragem da Aguieira.

O Grupo FHC assume o compromisso de promover atividades que alavanquem, pela mão de toda a Comunidade do Grupo, práticas sustentáveis e de responsabilidade social.



RECOLHA DE SANGUE

“Vamos salvar vidas” foi uma iniciativa que decorreu dia 26 de abril de 2023 em parceria com o Instituto Português do Sangue. Realizou-se para todos os colaboradores do Grupo FHC, nas instalações dos Laboratórios Basi onde, para além de dádiva de sangue, existiu a possibilidade de inscrição como dador de Medula Óssea.



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

GESTÃO AMBIENTAL

A gestão estratégica do Grupo FHC tem por base um dos seus pilares mais relevantes: a sustentabilidade ambiental.

Com foco na disponibilização de produtos inovadores e de elevada qualidade, o Grupo privilegia processos que acautelem a gestão eficiente de recursos, nomeadamente na gestão de energia, água e resíduos enquanto aspetos ambientais mais significativos da operação, procurando, ao mesmo tempo, reforçar dia-após-dia a aposta inequívoca no capital humano.

DESTAQUES 2023

No seguimento do trabalho desenvolvido nos últimos anos, foi possível consolidar em 2023 um conjunto de práticas que nos permitiram alcançar objetivos muito importantes para o futuro do Grupo FHC.

Tal como anunciado em 2022, a FHC e a Empifarma concluíram com sucesso a certificação na norma internacional ISO14001 – Gestão Ambiental.

Por sua vez, os Laboratórios Basi iniciaram os procedimentos indispensáveis para alcançarem dois novos objetivos estratégicos: obter a certificação nas normas ISO50001 – Gestão de Energia e ISO14064 – Emissões Carbónicas.



671 ton

Resíduos reciclados



3.216 TEP

Energia consumida



98.025 m³

Água consumida

Os dados que se seguem relativos aos consumos do Grupo FHC surgem numa fase de reformulação e validação das bases de dados, pelo que os valores poderão ser alvo de ligeiros ajustamentos.

ECONOMIA CIRCULAR E GESTÃO DE RESÍDUOS

No ano de 2023 o total de resíduos provenientes de produção registaram um aumento de 2%, totalizando 796 toneladas, mais 14 toneladas do que o registado em 2022.

Considerando que o Grupo reforçou a sua capacidade produtiva, é de salientar o aumento na ordem dos 20% nos Laboratórios Basi, sendo que o aumento global é pouco significativo, reflexo de uma melhoria do nível de eficiência dos processos internos.

Os resíduos recicláveis representam 84% do total de resíduos produzidos em 2023, apenas 104 toneladas são resíduos não recicláveis, o que traduz um decréscimo de 39% dos resíduos não recicláveis produzidos em relação a 2022.

Resíduos gerados Grupo FHC | Ton



UM FUTURO MAIS VERDE

O reforço da política de economia circular em todas as empresas do Grupo FHC continua a ser prioridade e, por isso, são lançados importantes desafios globais, como é o caso do plano de sustentabilidade e ainda o projeto de paisagem local de resíduos.

O desafio para 2024 mantém-se em linha com o anunciado em anos anteriores: assegurar a manutenção dos altos níveis de qualidade dos produtos e serviços oferecidos, ao mesmo tempo que melhoramos a eficiência dos nossos processos através da otimização dos recursos disponíveis.

Para o efeito, é de salientar o projeto corporativo em curso, o qual visa uniformizar as diferentes certificações existentes nas empresas do Grupo, acentuando desta forma sinergias internas, as quais se traduzirão em melhores resultados operacionais.

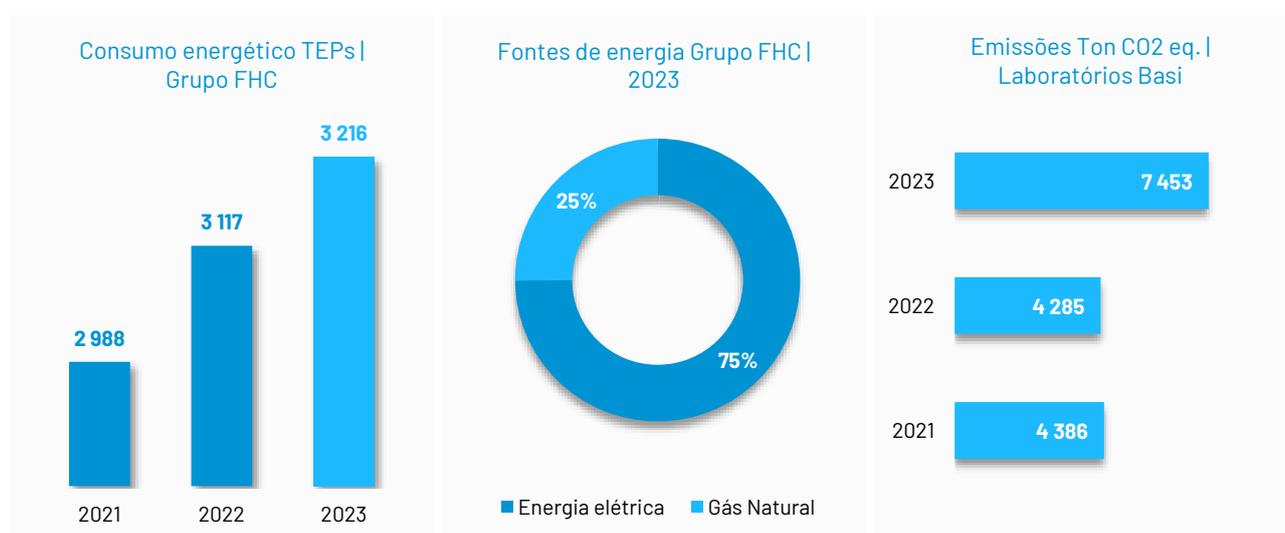
GESTÃO DE ENERGIA

No ano de 2023, o consumo energético totalizou 3.216 TEP (tonelada equivalente de petróleo), correspondendo a um aumento de cerca de 3% comparativamente ao registado no ano de 2022. Este incremento no consumo energético justifica-se pelo aumento da produção nos Laboratórios Basi, onde se localizam as Unidades Industriais do Grupo FHC.

A energia elétrica é a fonte de energia que tem maior impacto, representando cerca de 75% do consumo energético total do Grupo. O gás natural é apenas utilizado nas Unidades de Produção dos Laboratórios Basi, representando 25% do consumo energético total.

No ano de 2023, comparativamente a 2022, registou-se um aumento das emissões de Ton de CO2 eq. Globais nas Unidades de Produção dos Laboratórios Basi. Esta evolução resulta do aumento do consumo de energia, contudo, como indicado anteriormente, a evolução do consumo energético por unidade de produção diminuiu.

Com os projetos em curso no âmbito do reforço da eficiência energética e na transição para fontes de energia verdes, é expetável que estes dados virão a apresentar futuramente uma evolução mais positiva, a qual irá ao encontro dos objetivos estratégicos do Grupo.



UM FUTURO MAIS VERDE

O Grupo FHC iniciou em 2022 um plano ambicioso de promoção da transição energética de todas as suas instalações, o qual foi implementado e consolidado no decorrer de 2023.

Com isto, no ano de 2023 e início de 2024, destacamos a concretização da instalação de cinco unidades de produção de energia para autoconsumo nas empresas Laboratórios Basi, FHC Farmacêutica e Empifarma.

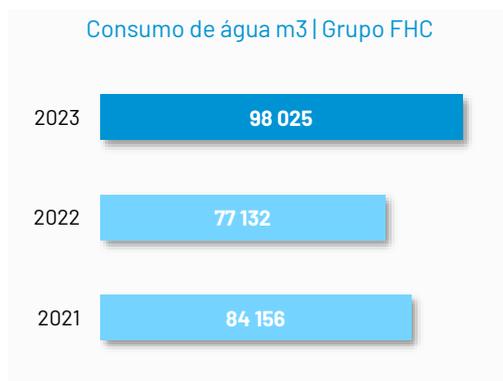
Com esta medida, o Grupo FHC irá reduzir significativamente a sua dependência de fontes de energia não renováveis, passo este que será decisivo para alcançar processos neutros na produção de carbono.

O Grupo continua a reforçar, desta forma, o compromisso no futuro, onde a sustentabilidade de cada processo se traduzirá em impactos cada vez menos significativos no ambiente.

CONSUMO DE ÁGUA

Em 2023, o Grupo FHC, registou um consumo total de água de 98.025 m³, o que reflete um acréscimo de 27,1% relativamente a 2022. Este aumento provém de captações próprias e da rede pública, devendo-se exclusivamente ao aumento de produção. Neste sentido, os Laboratórios Basi representam quase a totalidade do consumo de água, uma vez que se trata da única empresa que utiliza este recurso na sua atividade produtiva e em todos os processos inerentes à mesma.

Não obstante, o indicador que mede a relação entre o consumo de água e a produção tem vindo a diminuir nos últimos anos, passando de 21,46 m³ em 2021 para 17,40 m³ em 2023 na Unidade IJM e de 6,72 m³ em 2021 para 5,34 m³ em 2023 na Unidade LSM (Unidades localizadas nos Laboratórios Basi).



UM FUTURO MAIS VERDE

No âmbito da gestão da água, foram desenvolvidos ao longo de 2023 um conjunto de projetos que visam melhorar a eficiência dos consumos no futuro, bem como o aproveitamento de água proveniente de outras fontes.

INOVAÇÃO

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A Inovação é um pilar estratégico crítico na atividade do Grupo FHC, sendo que, são os Laboratórios Basi e Basinnov que assumem a Investigação e Desenvolvimento (I&D) como área estratégica do grupo, dedicando-se à investigação, desenvolvimento de produtos e formas farmacêuticas inovadoras na área da saúde.

O investimento na Investigação e Desenvolvimento tem sido reconhecido ao longo dos anos pela Agência Nacional de Inovação (ANI) concedendo incentivos aos projetos em curso. No ano de 2023 o investimento em total em RD&I, do Grupo FHC, ascendeu a 2.155 mil euros, sendo que 1.008 mil euros correspondem ao investimento da Grasshopper, 646 mil euros correspondem ao investimento dos Laboratórios Basi e 501 mil euros correspondem ao investimento da Basinnov.

O foco na Inovação e I&D prende-se com a importância de garantir serviços e produtos com qualidade, que sejam seguros, eficazes e, ao mesmo tempo, competitivos, inovadores e uma referência na indústria farmacêutica.

Com o objetivo de garantir técnicas científicas *up-to-date*, para que os Clientes usufruam dos mais recentes desenvolvimentos, o Grupo FHC aposta na colaboração e parceria com outras empresas de I&D, centros de I&D e Universidades de renome internacional.

INICIATIVAS E PROJETOS

A colaboração com Universidades tem vindo a crescer em diversas áreas científicas, com participação em projetos de mestrado, doutoramento em empresas e projetos de investigação científicos.

O ano de 2023 foi marcado pelo início de dois novos modelos de eventos de disseminação científica: Let's Talk Science Basinnov e Basinnov Learning Sessions.



Este evento visou endogeneizar o conhecimento desenvolvido externamente de forma a alavancar a capacidade de inovação. Nesse sentido, e para conhecer a investigação praticada em dois centros de investigação de renome (iMM, em Portugal, e Universidade de Cambridge, em Inglaterra), o evento contou com a participação de quatro investigadores convidados a partilhar os seus projetos de investigação com os colaboradores do Grupo FHC.

O Basinnov Learning Sessions foi realizado em outubro com o objetivo de promover a partilha e revisão de conhecimentos científicos fundamentais, neste caso dedicado a temáticas estratégicas para o IDI, com o título "O cancro e o Sistema Imune: Qual o papel das vacinas na prevenção e tratamento das doenças oncológicas?". Esta discussão científica foi preparada no âmbito de um mestrado da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra com tese realizada no contexto empresarial da Basinnov.



No decorrer de 2023 foi realizado um Lab Meeting por um dos alunos de doutoramento em empresa com o título "Development and Optimization of Analytical Methods using the Analytical Quality by Design (AQbD) Approach". Neste evento o aluno pode apresentar e discutir com todos os colaboradores o trabalho científico decorrente da sua tese.

Durante o ano de 2023 foram registados 12 projetos de inovação: 9 encontram-se em execução, 2 foram terminados e 1 com início em 2024 que consiste num consórcio internacional liderado pela Universidade de Coimbra e com financiamento aprovado.

A Basinnov estabeleceu em 2023 protocolos com científicas (Universidade de Cambridge e IMM), em áreas estratégicas definidas pela gestão de topo: imunologia e oncologia, que deram origem a dois projetos iniciados ainda no ano de 2023

De destacar a publicação de 5 artigos científicos, resultante dos projetos desenvolvidos, e um acordo de licenciamento de uma patente da Universidade de Cambridge.

Projeto	Parceiros	Tecnologia	Área Terapêutica	Via de Administração	Descoberta	Pré-Clinico	Clinico
PIN002	FFUC	Ready to use (Cyclodextrinas)	Diversas	Injetável			
PIN003	FFUC	PAT	-	-			
PIN004	FFUC	Combinação em dose fixa	Dor	Tópica		STARTING	
PIN005	FFUC	Combinação em dose fixa	Dor	Injetável			
PIN006	FFUC	Analytical Quality by	-	-			STARTING
PIN007	Targtex	Hidrogel com anticancerígeno	Cancro (Glioblastoma)	Injetável			STARTING
PIN010	Internal development	Combinação em dose fixa	Dor pediátrica	Oral			
PIN011	iMM	Vacina para o cancro	Cancro	Injetável			
PIN012	Universidade de Cambridge	Conjugado anticancerígeno	Cancro (Pancreático)	Injetável			

CÓDIGO DE CONDUTA E POLÍTICA DE COMPLIANCE

As empresas do Grupo FHC estabelecem altos padrões para realizar os seus negócios de forma ética e em conformidade com a lei. Esperamos o mesmo compromisso por parte dos nossos colaboradores e parceiros de negócios. Estas Normas de Conduta representam os princípios básicos que tomamos em consideração na condução das nossas atividades e na seleção de parceiros de negócios.

Exigimos aos nossos colaboradores e incentivamos os nossos parceiros a cumprir estritamente os princípios éticos e as práticas de negócio relativas ao trabalho e aos sistemas de gestão.

Exigimos aos nossos colaboradores e incentivamos os nossos parceiros a integrar nas suas regras de conduta os princípios e valores que defendemos, a operar em total conformidade com todas as leis, regras e regulamentos aplicáveis e a integrar nas suas práticas avaliações de risco periódicas e medidas de melhoria contínua.

Práticas Empresariais Éticas

As regras relativas as Práticas Empresariais Éticas constituem Norma de Conduta obrigatória para todos os colaboradores das empresas do Grupo FHC.

É da responsabilidade de cada parceiro de negócios determinar como cumprir e demonstrar conformidade com os princípios e valores da presente Política de Compliance.

Quando especificado em contratos, estas normas são vinculativas entre as partes e as empresas do Grupo FHC deverão manter os direitos de auditoria e inspeção para verificar o seu cumprimento e conformidade.

Artigo 1 - Práticas Proibidas

As seguintes práticas são estritamente proibidas, a qualquer momento e sob qualquer forma, relativamente a:

- um funcionário público a nível local, nacional ou internacional,
- um partido político, um funcionário do partido ou um candidato a um cargo político, e
- um diretor, responsável ou colaborador de uma Empresa,

direta ou indiretamente, inclusive por meio de Terceiros:

- a) **Suborno**, isto é, a doação, promessa, oferta, autorização ou aceitação de qualquer vantagem pecuniária indevida ou outra a, por ou para qualquer uma das pessoas acima listadas ou por qualquer outra pessoa com o intuito de obter ou manter um negócio ou outra vantagem indevida, por ex., relacionada com adjudicações de contratos de fornecimentos públicos ou privados, autorizações regulamentares, impostos, alfândega, procedimentos judiciais e legislativos. O suborno muitas vezes inclui (i) devolver uma parte do pagamento de um contrato aos funcionários públicos ou do partido ou a colaboradores da outra parte contratante, seus familiares próximos, amigos ou Parceiros Comerciais ou (ii) utilizando intermediários como agentes, subcontratados, consultores ou outros Terceiros, para canalizar pagamentos para funcionários públicos ou dos partidos, ou para colaboradores da outra parte contratante, seus familiares, amigos ou Parceiros Comerciais.
- b) **Extorsão ou Solicitação**, isto é, a exigência de um suborno, aliada ou não a uma ameaça se o pedido for recusado. As empresas, colaboradores e parceiros do Grupo FHC deverão opor-se a qualquer tentativa de extorsão ou solicitação e os seus colaboradores são encorajados a comunicar essas tentativas através dos mecanismos de notificação formais ou informais disponíveis.
- c) **Tráfico de influências**, isto é, a oferta ou solicitação de uma vantagem indevida com o intuito de exercer uma influência inadequada, real ou suposta com o objetivo de obter de um funcionário público uma vantagem indevida para o instigador original do ato ou para qualquer outra pessoa.
- d) **Branqueamento** das práticas ilícitas mencionadas acima, isto é, ocultar ou disfarçar a origem ilícita, a fonte, a localização, a disposição, o movimento ou a posse da propriedade, sabendo que tal propriedade deriva de um crime.

Artigo 2 - Terceiros e Partes Relacionadas

Terceiros sujeitos ao controlo ou que determinem ou influenciem, de forma direta ou indireta, a atividade de empresas do Grupo FHC, incluindo mas não limitado a agentes, *business development consultants*, representantes comerciais, agentes aduaneiros, consultores gerais, revendedores, subcontratados, franchisados, advogados, contabilistas ou intermediários

semelhantes, atuando em nome da empresa no contexto de marketing ou vendas, negociação de contratos, obtenção de licenças, vistos ou outras autorizações, ou quaisquer ações que beneficiem a empresa ou como subcontratados na cadeia de fornecimento são instruídos e contratualmente vinculados a não se envolverem nem tolerarem qualquer ato de corrupção. A empresa não os deve utilizar como veículo para qualquer prática de corrupção. A sua contratação e o recurso aos seus serviços deve efetuar-se em conformidade e de forma adequada para a regular condução dos negócios da empresa e a sua remuneração não deve ser superior à remuneração adequada pelos seus serviços legítimos.

Artigo 3 – Parceiros Comerciais

Os Parceiros Comerciais incluem (i) Terceiros e (ii) parceiros de empreendimentos e consórcios bem como contratantes e fornecedores.

O Grupo FHC exige que todas as atividades levadas a cabo pelos nossos parceiros comerciais em nome ou representação de qualquer empresa do Grupo estejam em conformidade com as nossas políticas.

As Normas de Conduta e Política de Compliance do Grupo FHC, ou remissão expressa para as mesmas, deverão constar dos vínculos contratuais estabelecidos, exigindo o firme compromisso em como o parceiro não se irá envolver em nenhuma prática ilícita ou violadora dos princípios éticos exigíveis, permitindo ao Grupo FHC executar as medidas de monitorização e fiscalização que considere necessárias para verificar a conformidade com estas Regras, podendo, nomeadamente solicitar uma auditoria aos livros e aos registos contabilísticos do Terceiro por um auditor independente.

O Grupo FHC exige que qualquer empreendimento ou consórcio do qual alguma das suas empresas faça parte implemente as medidas necessárias para garantir que os seus parceiros de empreendimento ou consórcio aceitam uma política consistente com as presentes Normas de Conduta e Política de Compliance.

O Grupo FHC tomará as medidas ao seu alcance, e legalmente possíveis, para garantir que os contratantes e os fornecedores cumprem as presentes Normas de Conduta e Política de Compliance nas negociações em que participam e proibirão ou farão cessar quaisquer negociações com terceiros que se saiba ou que se suspeite razoavelmente que não cumprem os princípios éticos exigíveis na condução dos seus negócios.

As empresas do Grupo FHC deverão incluir nos seus contratos com Parceiros Comerciais uma disposição que lhes permita suspender ou cessar a relação unilateralmente, caso haja receio, de boa-fé, que um Parceiro Comercial tenha violado a lei, os princípios éticos exigíveis ou as presentes Normas de Conduta e Política de Compliance.

As empresas do Grupo FHC devem conduzir e condicionar relações comerciais futuras a uma avaliação de risco sobre a exposição, reputação e a capacidade dos seus Parceiros Comerciais para cumprirem com os princípios éticos exigíveis e as presentes Normas de Conduta e Política de Compliance.

Artigo 4 – Contribuições Políticas e Filantrópicas e Patrocínios

É contra a política do Grupo FHC fazer contribuições para partidos políticos, funcionários de partidos e candidatos.

O Grupo FHC segue critérios de elegibilidade rigorosos para garantir que as contribuições filantrópicas e os patrocínios são legítimos e visam promover efetivamente as atividades anunciadas. As contribuições filantrópicas e os patrocínios serão sempre transparentes, públicos e de acordo com a lei aplicável.

O Grupo FHC adota os critérios e procedimentos necessários para garantir que não são feitas contribuições filantrópicas e políticas impróprias, nomeadamente revendo e avaliando todas as contribuições para organizações em que possam estar envolvidas pessoas com influência em tomadas de decisão que possam afetar ou condicionar a regular condução dos negócios em que participe.

Artigo 5 – Presentes e Acolhimento

A oferta ou o recebimento de presentes e acolhimento por empresas ou colaboradores do Grupo FHC está sempre sujeita a aprovação prévia da administração, com o intuito de garantir que tais benefícios:

- a) cumprem com a lei nacional e com os instrumentos internacionais aplicáveis;
- b) são limitados a despesas razoáveis e de boa-fé;
- c) não afetam indevidamente ou possam ser vistos como afetando indevidamente a independência do julgamento do recetor relativamente ao dador;
- d) não são contrários às disposições conhecidas do código de conduta do recetor; e

- e) não representam uma vantagem ou benefício inadequada ou superior à comodidade que se pretende oferecer de acordo com as normais circunstâncias de acolhimento.

Artigo 6 – Pagamentos Facilitadores

Os pagamentos facilitadores são pequenos pagamentos informais, impróprios feitos a um funcionário para garantir ou agilizar a realização de uma ação de rotina ou necessária à qual o pagador do pagamento facilitador tem legalmente direito.

Os pagamentos facilitadores estão proibidos ao abrigo das presentes Normas de Conduta e Política de Compliance, exceto quando a saúde, a liberdade, incluindo de circulação ou segurança dos colaboradores do Grupo FHC esteja em risco e não possa ser solucionado de outra forma, nomeadamente mediante a intervenção das autoridades competentes ou de um superior hierárquico do funcionário que demanda o pagamento.

Quando um pagamento facilitador for efetuado ao abrigo de tais circunstâncias, este deverá ser prontamente reportado e fielmente registado nos livros e nos registos contabilísticos das empresas do Grupo FHC.

Artigo 7 – Conflitos de Interesses

O Grupo FHC deverá avaliar e evitar situações de conflitos de interesses, quando os interesses particulares de um indivíduo, seja ele colaborador, parceiro ou terceiro em relação ao Grupo FHC, ou dos seus familiares próximos, amigos ou contactos comerciais sejam divergentes dos interesses do Grupo ou da organização à qual o indivíduo pertence, de forma que possa afetar o julgamento e o desempenho desse indivíduo na condução das suas tarefas e responsabilidades.

O Grupo FHC e os Parceiros Comerciais deverão monitorizar, avaliar e prevenir conflitos de interesses, reais ou potenciais, dos seus diretores, dirigentes, colaboradores e agentes e não devem tirar partido de conflitos de interesses que afetem outros indivíduos.

O Grupo FHC e os seus Parceiros Comerciais não deverão contratar antigos funcionários públicos antes de decorrido um período considerado razoável após estes terem abandonado o seu cargo, se a sua atividade prevista ou emprego se relacionar diretamente com as funções realizadas ou supervisionadas durante a sua permanência, garantindo, sempre e em qualquer caso, o cumprimento da lei e as restrições impostas pela legislação aplicável.

Artigo 8 – Recursos Humanos

O Grupo FHC integra e motiva os seus parceiros comerciais a monitorizar e avaliar de forma regular a exposição dos seus colaboradores em áreas especialmente sujeitas a um elevado risco de práticas contrárias aos princípios éticos exigíveis.

Os Colaboradores deverão receber formação regular e periódica sobre Normas de Conduta e Política de Compliance e ser avaliados regularmente quanto ao cumprimento dos princípios éticos exigíveis.

A rotação de colaboradores particularmente expostos a riscos de conduta deve ser avaliada e considerada aceitável, como medida adequada à prevenção do risco, considerando as circunstâncias concretas.

Práticas Laborais Justas e Seguras

Artigo 9 – Princípios Básicos

O Grupo FHC pratica e exige dos seus parceiros comerciais a estrita e intransigente defesa dos direitos humanos, dignidade e respeito dos trabalhadores.

O Grupo FHC garante e exige aos seus parceiros comerciais que não devem utilizar qualquer forma de trabalho forçado ou involuntário, incluindo trabalho prisional ou trabalho escravo, nem envolver-se ou apoiar qualquer forma de escravidão ou tráfico de pessoas.

Todo o trabalho deve ser voluntário e os trabalhadores devem ser livres para sair ou rescindir o contrato de trabalho a qualquer momento.

Não deve ser imposta nenhuma restrição injustificada à liberdade de movimento dos trabalhadores.

É proibido o recurso a qualquer tipo de trabalho infantil. O emprego de jovens trabalhadores com idade inferior a 18 anos apenas será permitido para trabalho não perigoso e se o indivíduo for maior do que a idade legal para trabalhar ou a idade estabelecida para concluir a escolaridade obrigatória de um país.

Os parceiros comerciais apenas devem utilizar recrutadores (agências) que cumpram as leis do trabalho locais. Os parceiros e recrutadores que atuam em seu nome não devem reter nem impedir que um trabalhador aceda aos seus documentos de

identificação ou de imigração, tais como passaportes, permissões de trabalho ou cartas de condução, nem cobrar taxas de recrutamento ou colocação dos trabalhadores, nem exigir que os trabalhadores façam depósitos ou participem em programas de poupanças (salvo se legalmente exigido).

O Grupo FHC não recorre nem permite que os seus parceiros comerciais utilizem práticas de recrutamento enganosas ou fraudulentas. Os trabalhadores devem ser corretamente e atempadamente informados sobre os principais termos e condições do seu emprego, nomeadamente através da celebração de contrato de trabalho na forma escrita, incluindo salários e benefícios, o local e horário de trabalho e as funções a executar, no seu idioma nativo, incluindo todas as informações mínimas exigidas por lei.

O Grupo FHC garante e exige aos seus parceiros comerciais que devem proporcionar um local de trabalho livre de tratamento agressivo e desumano, incluindo qualquer assédio sexual, abuso sexual, castigos físicos, coerção física ou mental ou abusos verbais dos trabalhadores.

Não será tolerada discriminação por quaisquer motivos tais como raça, cor, sexo, idade, religião, nacionalidade, ascendência, etnia, deficiência, orientação sexual, identidade de género, expressão de género, informação genética, condição de cidadania, estado civil, estado ou condição militar ou qualquer outra característica protegida pela lei aplicável.

O Grupo FHC adota e incentiva os seus parceiros comerciais a adotar Códigos de Prevenção do Assédio no Trabalho.

Artigo 10 – Remuneração do Trabalho

O Grupo FHC garante e exige aos seus Parceiros comerciais a remuneração dos trabalhadores de acordo com as leis salariais aplicáveis, incluindo salários mínimos, horas extraordinárias e benefícios obrigatórios. Todos os trabalhadores devem ser informados, de forma clara e atempada sobre o critério como é remunerado, o horário de trabalho, se poderão ser exigidas horas extraordinárias e os salários a pagar por essas horas extraordinárias.

Artigo 11 – Direito de Associação

O Grupo FHC e os parceiros comerciais devem respeitar os direitos dos trabalhadores previstos na legislação aplicável, incluindo os direitos de se associarem livremente, filiar-se ou não a sindicatos, obter representação e integrar conselhos de trabalhadores e devem garantir que os trabalhadores devem conseguir comunicar de forma aberta com a direção em relação às condições de trabalho, sem ameaças de represálias, intimidação ou assédio.

Artigo 12 – Proteção de Dados Pessoais

O Grupo FHC respeita a privacidade e a proteção de dados individuais dos seus colaboradores e toma as medidas necessárias e adequadas para garantir que as informações sobre pessoas são utilizadas, tratadas e armazenadas de forma adequada, exclusivamente para as finalidades necessárias previamente comunicadas e autorizadas, prevenindo contra uma utilização indevida suscetível de causar danos aos indivíduos, tais como discriminação, estigmatização ou outros danos na reputação e dignidade pessoal, impacto na integridade física, fraude, perdas financeiras ou roubo de identidade.

Artigo 13 – Segurança e Prevenção de Riscos

O Grupo FHC executa em permanência intervenções de manutenção preventiva e corretiva que garantem locais de trabalho seguros e modernos, com inequívocas condições de saúde e bem-estar para todos, independentemente da sua condição social, etnia, género, idade, religião, orientação sexual, estado civil, orientação política, deficiência ou incapacidade.

Considerando que a manutenção de um padrão elevado e exigente de segurança laboral é uma responsabilidade coletiva, promovemos frequentemente avaliações de risco a todos os postos de trabalho, auscultamos todos colaboradores várias vezes ao ano e asseguramos uma verificação minuciosa dos padrões de segurança a todos os nossos parceiros externos cujos trabalhos se desenvolvam nas nossas instalações.

A promoção da segurança, saúde e bem-estar dos nossos colaboradores e parceiros é a nossa prioridade.

O Grupo FHC e os parceiros comerciais devem proteger os trabalhadores da exposição a riscos químicos, biológicos e físicos e a tarefas fisicamente exigentes no local de trabalho e em qualquer circunstância em que se encontrem ao serviço da empresa.

Devem ser implementados os programas e medidas necessárias para prevenir ou mitigar riscos laborais e incidentes associados a operações e processos, bem como planos de emergência e procedimentos de resposta de acordo com avaliações de risco adequadas e regulares.

As informações de segurança relacionadas com materiais perigosos, incluindo compostos farmacêuticos e materiais farmacêuticos intermediários, devem estar disponíveis para educar, formar e proteger os trabalhadores contra perigos.

Artigo 14 – Prevenção e garantias

O Grupo FHC integra e motiva os seus parceiros comerciais a integrar procedimentos internos de forma a garantir que:

- a) as práticas de recursos humanos, incluindo recrutamento, promoção, formação, avaliação de desempenho, remuneração, reconhecimento e ética comercial em geral são coerentes e refletem estas Normas de Conduta e Política de Compliance;
- b) nenhum colaborador irá sofrer retaliação ou ação disciplinar ou discriminatória por comunicar, em boa-fé, violações ou suspeitas sérias de violações destas Normas de Conduta ou da legislação aplicável ou por se recusar a envolver em práticas ilícitas;
- c) os trabalhadores expostos ou colocados em áreas especialmente sujeitas a um elevado risco de práticas contrárias aos princípios éticos exigíveis recebem formação adequada e regular para prevenir e evitar qualquer prática violadora destas Normas de Conduta e Política de Compliance.

Artigo 15 – Sustentabilidade Ambiental e Social

O Grupo FHC encara os desafios ambientais e sociais com seriedade e encontra-se empenhado na promoção interna de procedimentos que visem alcançar uma redução significativa dos impactos resultantes da sua atividade.

Acreditamos que o equilíbrio entre a gestão empresarial, o meio ambiente e a componente social é a resposta para alcançar a sustentabilidade na sua plenitude.

Na resposta aos desafios supramencionados, o Grupo FHC tem em curso ou em vias de se iniciar um conjunto de iniciativas/projetos que permitam:

- Privilegiar a reutilização de materiais;
- Fomentar as bases de economia circular, encaminhando a maior quantidade possível de resíduos para processos de reciclagem;
- Reduzir significativamente a dependência dos combustíveis fósseis;
- Promover a eliminação de todas as tarefas com potencial elevado de criação de desperdício;
- Promover a reutilização de água para fins não dedicados ao consumo humano;
- Utilização eficiente da energia. “Gastar bem a energia” tem por base a eliminação e todos os desperdícios, a qual só será possível com um acompanhamento de proximidade no dia-a-dia;
- Privilegiar a seleção de materiais com material reciclado incorporado;
- Manter e alargar os níveis de certificação internacional;
- Integrar organizações empresarialmente responsáveis;
- Apoiar organizações sem fins lucrativos de inegável interesse público;
- Promover regularmente atividades de cariz cívico e de proteção ambiental, que permitam reforçar na nossa comunidade a importância para a preservação do nosso território.

Os desafios ambientais são globais e desta forma, privilegiamos os fornecedores com as melhores práticas ambientais e que detenham certificações internacionais de proteção do meio ambiente.

De igual forma, o Grupo FHC utilizará a sua capacidade de influência no sentido de encorajar todos os seus parceiros a adotarem uma postura social proativa e na medida das possibilidades de cada um.

Colocamos em todos os nossos parceiros a exigência que promovemos a nós próprios, acreditando desta forma que é na base do exemplo e da ação que alcançaremos a verdadeira sustentabilidade.

Sistemas de Gestão Rigorosos e Transparentes

Artigo 16 – Registo e tratamento de informação

O Grupo FHC adotou e mantém políticas internas e procedimentos de boas práticas com o intuito de garantir que a sua administração tem um controlo adequado das relações com os Terceiros e em especial mantém um registo dos nomes, termos do envolvimento e pagamentos aos Terceiros efetuados pelas empresas do Grupo FHC, relacionados com as transações com organismos públicos e Empresas estatais ou privadas. Este registo está disponível para inspeção por auditores e por autoridades governamentais devidamente autorizadas ao abrigo de condições de confidencialidade.

O Grupo FHC e os seus parceiros comerciais devem implementar procedimentos internos para garantir que:

- a) todas as transações financeiras são adequadamente identificadas e correta e razoavelmente registadas nos livros apropriados e os registos contabilísticos estão disponíveis para inspeção pela sua Administração ou outro organismo com responsabilidade final pela Empresa, assim como por auditores;
- b) não existem contas à margem da lei ou secretas e não devem ser emitidos documentos que não registem de forma correta e precisa as transações com as quais se relacionam;
- c) não existe registo de despesas não existentes ou de responsabilidades com identificação incorreta dos seus objetos ou de transações não habituais que não tenham um objetivo legítimo;
- d) pagamentos em dinheiro ou pagamentos em espécie são monitorizados para evitar que sejam utilizados como substitutos para práticas ilícitas, devendo autorizar apenas pequenos pagamentos em dinheiro de caixa ou em países ou localizações em que não exista nenhum sistema bancário em funcionamento;
- e) nenhuns documentos de contabilidade ou outros relevantes devem ser intencionalmente destruídos antes do tempo previsto por lei;
- f) estão em vigor sistemas independentes de auditoria, quer através de auditorias internas quer externas, desenvolvidos para relevar quaisquer transações que violem estas Regras ou regras contabilísticas aplicáveis e que preveem uma ação corretiva adequada se o caso surgir;
- g) são cumpridas todas as disposições da legislação e regulamentos fiscais aplicáveis, incluindo aqueles que proíbem a dedução de qualquer forma de pagamentos ilícitos ou não documentados do lucro tributável.

Artigo 17 – Avaliação e monitorização de conformidade de sistemas e registos

O Grupo FHC e os seus parceiros comerciais devem aplicar os princípios descritos no presente documento ao selecionar os seus próprios parceiros e fornecedores, implementando os sistemas adequados para monitorizar a conformidade dos seus fornecedores e subcontratados.

O Grupo FHC e os parceiros comerciais devem ter um programa de formação que forneça à direção e aos trabalhadores o conhecimento e as competências necessárias para cumprir as expectativas estabelecidas no presente documento.

O Grupo FHC e os parceiros comerciais devem implementar medidas de melhoria contínua, definindo objetivos de desempenho, executando planos de implementação e tomando as ações corretivas necessárias para resolver as deficiências identificadas em avaliações internas e/ou externas, bem como em inspeções ou avaliações determinadas pela administração.

Artigo 18 – Medidas de implementação, supervisão e controlo

As Normas de Conduta e Política de Compliance do Grupo FHC baseiam-se nos resultados de uma avaliação e identificação de riscos e na adoção e integração das melhores práticas do setor, com o objetivo de prevenir e detetar práticas ilícitas e de promover uma cultura de integridade na empresa e com os seus parceiros comerciais.

As Normas de Conduta e Política de Compliance do Grupo FHC são de carácter obrigatório para todos os sócios, administradores, diretores, dirigentes, colaboradores, parceiros comerciais e terceiros e aplica-se a todas as suas subsidiárias controladas, nacionais e estrangeiras.

O Grupo FHC nomeia periodicamente um ou mais responsáveis devidamente qualificados, que respondem diretamente à Administração, para supervisionar e coordenar as presentes Normas de Conduta e Política de Compliance, para realizar avaliações de risco periódicas e revisões independentes da conformidade e para recomendar e implementar medidas corretivas, se necessário, garantindo-lhes autoridade e independência e um nível de recursos adequados para execução da sua missão.

O grupo FHC e os parceiros comerciais deverão garantir a eficaz divulgação e comunicação interna e externa das suas Normas de Conduta e Política de Compliance, bem como o carácter obrigatório do seu cumprimento por todos os colaboradores, parceiros comerciais e terceiros.

As competências de ética empresarial devem ser consideradas como objetivos mensuráveis e devem ser criados indicadores que permitam medir o cumprimento das metas estabelecidas.

Artigo 19 – Denúncias

O Grupo FHC adota, divulga e mantém um canal adequado para reportar, com total confidencialidade, quaisquer violações ou suspeitas sérias de violações das Normas de Conduta e Política de Compliance através de endereço compliance.fhc@fhc.pt

Para os colaboradores e parceiros comerciais o dever de comunicar é obrigatório garantindo-se o tratamento da denúncia sem receio de retaliação ou de ação discriminatória ou disciplinar.

A comunicação poderá ser feita de forma identificada ou anónima e todas as denúncias devem ser investigadas.

O Grupo FHC e os parceiros comerciais deverão tomar as medidas necessárias e adequadas para o tratamento das situações comunicadas ou detetadas adotando as ações corretivas e as medidas disciplinares que se revelem necessárias para prevenir os riscos e garantir o cumprimento das Normas de Conduta e Política de Compliance.

RELATÓRIO E CONTAS

2023



03.

RELATÓRIO DE
GESTÃO

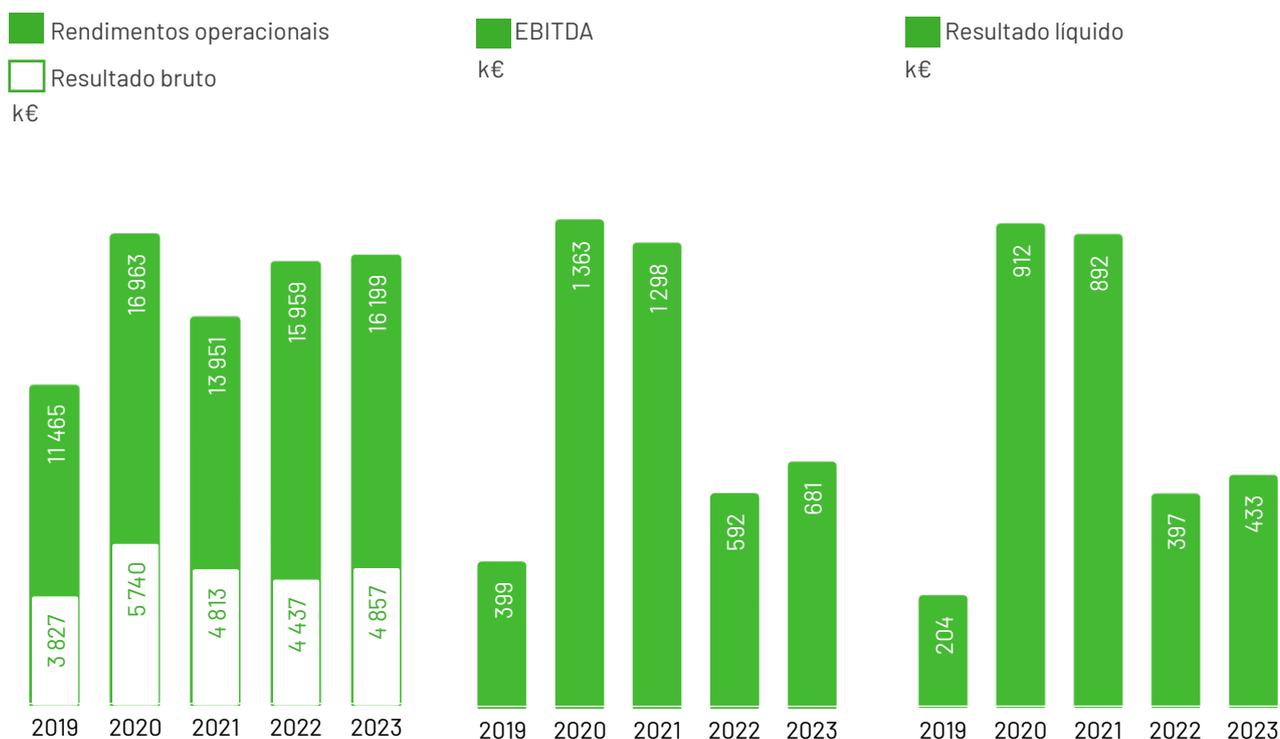


01 RELATÓRIO DE GESTÃO

As presentes demonstrações financeiras relativas aos períodos de 2023 e 2022, referidas neste Relatório de Gestão, foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Dec. Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro e pela Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho, que transpõe para o ordenamento jurídico interno a diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que altera a diretiva n.º 2006/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

02 DESTAQUES

valores em euros	2023	Marg.	2022	Marg.	Var. %
Volume de negócios	16 198 001		15 954 954		1,5%
Subsídios à exploração	579		4 022		-85,6%
Rendimentos Operacionais	16 198 580		15 958 976		1,5%
EBITDA	680 737	4,20%	591 760	3,71%	15,0%
EBIT	642 151	3,96%	571 811	3,58%	12,3%
Resultados financeiros	-22 212	-0,14%	(15 407)	-0,10%	-44,2%
Resultados antes de impostos	619 938	3,83%	556 404	3,49%	11,4%
Resultado líquido do período	433 063	2,67%	397 332	2,49%	9,0%
Nº Colaboradores	36		38		-2



03

ATIVIDADE DA EMPRESA

Fundada em novembro de 2001, a Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda. tem como principal objetivo ser um parceiro sério e de referência no contexto do fornecimento de produtos médicos e farmacêuticos a todas as instituições prestadoras de cuidados de saúde.

Focada em apresentar novas soluções, a Overpharma aposta constantemente na pesquisa de novos produtos que lhe permitem ter uma resposta adequada as exigentes necessidades do mercado.

A prioridade é sempre maximizar a satisfação dos clientes, através de uma política de fornecimento de produtos de alta qualidade e nas melhores condições. Este princípio é a base de evolução e crescimento da empresa, é nele que assenta o futuro.

Em 2009, de forma a consolidar a estratégia de crescimento, a Overpharma concretiza a incorporação da empresa Novamed – Equipamentos Médicos, S.A., permitindo-lhe entrar em novos mercados, nomeadamente na produção e comercialização de equipamentos e dispositivos médicos e outros produtos e equipamentos nas áreas da saúde.

Em 2010, por razões estratégicas e por não ser de todo indicado para o momento, aprazamos o objetivo de nos tornarmos fabricantes de dispositivos médicos. O projeto de nos tornarmos banco de tecidos humanos foi também posto de parte de momento devido aos requisitos legais os quais apesar de estarmos a tentar cumprir integralmente se vão revendo difíceis de obter, devido a grandes exigências das autoridades reguladoras. O enfoque foi dado no aprofundar ao máximo a nossa implementação no mercado de produtos de Oftalmologia e Neurocirurgia, os quais revelam um grande potencial no curto e médio prazo. As outras áreas de negócio como medicamentos e dispositivos médicos de consumo mantiveram o seu crescimento esperado.

Em 2011, depois de uma longa preparação para o efeito, foi obtida a certificação com a norma NP EN ISO9001:2008. A certificação representou para a empresa o ter entrado num universo de exigência e credibilidade o qual lhe trará seguramente largos benefícios. Hoje em dia, são já muitos os parceiros comerciais quer sejam clientes ou fornecedores que preferem manter relações com empresas certificadas. No caso dos clientes e no pouco tempo que decorreu de ano pós obtenção da certificação, deu para ter a noção da diferença que faz nalguns aspetos administrativos, mas sobre tudo, na pontuação que dão à empresa como fornecedor por ser certificada. Este foi de facto um pequeno feito (no muito que se fez em 2011) que fará muita diferença e será da maior importância para o futuro.

Em 2012, mereceu destaque o facto de a empresa ter conseguido um crescimento significativo em vendas e em resultados operacionais.

Parte do sucesso comercial passou por termos entrado de uma forma mais consistente em dois segmentos de mercado:

- Na área farmacêutica, entrámos no competitivo mercado das soluções de grande volume, o que nos torna num dos fornecedores de referência destes produtos;
- Na área dos dispositivos médicos de implante, posicionámo-nos como um dos fornecedores mais qualificados para produtos da coluna vertebral, com soluções únicas para Cifoplastia e Escoliose.

Destacamos pela negativa o facto de termos perdido a distribuição de lentes intraoculares e assim, termos deixado de ser um parceiro de referência no mercado. Continuamos presentes na área de oftalmologia em produtos de consumo e somos significativamente importantes na terapêutica das doenças da córnea.

Em 2013, devemos destacar que foi o aprofundar dos métodos de gestão nas suas componentes financeira e de recursos humanos por um lado, e de uma melhor gestão interna de procedimentos por outro, que mais contribuíram para o significativo sucesso do aumento das vendas em unidades em cerca de 6%, (ainda que num clima de mercado bastante adverso), aumento esse, que apesar de tudo, não conseguiu evitar um decréscimo das vendas em valor de cerca de -2,5%.

A gerência gostaria de destacar que foi também o facto de se ter levado a cabo uma política de extrema transparência com os seus fornecedores ao nível da negociação dos preços praticados no mercado, que permitiu obter o aumento das vendas supracitado, ainda que com uma perda controlada dos resultados operacionais.

De extremamente positivo, destaca-se ainda o facto de este aumento de vendas em unidades, ter contribuído para melhorar o *market share* da empresa, em áreas importantes do seu mercado.

Em 2014 a Gerência manteve o seu principal foco de gestão em 3 vetores, os quais se revelaram determinantes nos resultados obtidos no exercício e que terão ainda mais impacto nos próximos anos.

- Melhor utilização dos recursos do sistema informático na gestão do trabalho dos colaboradores e no aprofundamento dos mecanismos do Sistema de Gestão da Qualidade.

Os resultados já foram visíveis durante 2014. Conseguiu-se melhorar a eficácia operacional, corrigiram-se significativamente os erros humanos nos procedimentos, melhorando-se significativamente o serviço ao cliente com a eliminação de alguns erros básicos.

A área da gestão da qualidade, bem como da informática, particularmente nas aplicações, tiveram um papel muito ativo na reestruturação dos procedimentos e desenvolvimento de muitos outros processos.

- Na área comercial, criaram-se as bases e definiu-se qual o quadro da política de reorganização da estrutura de vendas e produto. Os resultados foram visíveis, os novos produtos já começaram a ter impacto significativo em alguns segmentos de vendas e a estrutura comercial está a ter melhores resultados em algumas áreas. Esta reorganização será mais visível e terá mais impacto durante e após o próximo ano.

- Reorganização da estrutura interna. Tendo em conta as alterações que se veem verificando na política de aquisição dos clientes hospitalares, particularmente no setor público, era recomendável que a estrutura interna fosse melhorada e ajustada à nova realidade.

O número de consultas e elaboração de proposta quase duplicou face aos anos anteriores, pelo que seria recomendável em nome da eficácia e produtividade interna segmentá-las por especialidades.

Esse trabalho foi iniciado e concluído no ano de 2015, sendo a transição e adaptação feita sem alterar o normal funcionamento dos departamentos.

- Política de compras. Foi prosseguido o trabalho de negociação de preços de custo, o qual, teve em vista a obtenção de melhores preços de custo e mais ajustados aos novos tempos e conseqüentemente melhorar a margem operacional.

- Quanto às condições de pagamento da empresa, prosseguiu-se a política de negociar com os fornecedores no sentido de obter, sempre que possível, prazos de pagamento mais dilatados.

Em 2015 os factos mais relevantes da gestão da empresa passaram pela consolidação de planos previamente definidos em 2014 quanto à gestão interna de recursos, bem como, na preparação de um plano reestruturação comercial que deverá adaptar a atividade da empresa nos próximos 3 anos. Pretende-se que a empresa responda em consonância com a esperada expectativa de um aumento das vendas em produtos diferenciados, o qual, requer profissionais mais qualificados e melhor resposta interna.

Foram feitas e adaptadas diversas tarefas e funcionalidades tais como:

- O reenquadramento e adaptação da estrutura comercial administrativa interna, tendo em conta o contínuo aumento de consultas e concursos com o conseqüente aumento da elaboração de propostas.

- Revisto e adaptado o quadro de necessidades adaptando-o às novas necessidades e desafios.

- Fizeram-se melhorias significativas na operacionalidade do sistema informático, tendo em conta este poder responder a uma maior pressão do mercado na forma de compras.

Os hospitais hoje abrem concursos e ajustes diretos quase diariamente para aquisição dos mesmos bens que antes eram adquiridos num concurso anual.

- Iniciado o processo de gestão informática de colocação de encomendas comum com os clientes. Este processo, conhecido como EDI permitirá no futuro uma melhor operacionalidade dos processos realizados entre a Overpharma e os seus clientes, o mesmo possibilitará uma gestão do processo de encomendas/faturas totalmente automática e instantânea.

Durante este ano, iniciou-se a preparação de um plano a 3 anos que tem por base a revisão de todo o processo de vendas da empresa. Pretende-se criar quadros com responsabilidade intermédia na gestão das vendas – Chefes de Produto (CP)–, reformular a rede comercial com a contratação de vendedores especialistas, ou readaptar os atuais e modificar os processos.

Os quadros de gestão intermédia, passarão a ter a responsabilidade de gestão vertical de alguns produtos, a qual consiste em:

- Gestão do contacto com os fornecedores quer em compras quer em negociação dos preços.
- Gestão de uma equipa de vendas de 2 ou 3 elementos.
- Obter formação dos produtos e preparar a formação interna das redes de vendas.

- Visitar hospitais e gerir problemas locais.
- Contactos diretos com médicos influentes e KOL
- Contactos com as Sociedades médicas
- Gestão e participação em ações promocionais e de marketing tais como, folhetos, treino de utilizadores e participação em congressos.

Em 2016 prosseguiu-se a implementação do reajuste da política comercial iniciada no ano anterior tendo em vista introduzir melhoras significativas no seu portfólio de produtos, os quais passaram a abranger novos segmentos de produto na área dos dispositivos médicos tais como, Biópsia, Cardiologia de intervenção e Terapia respiratória.

Nos quadros de vendas foram feitos os ajustes necessários em pessoas e formação, os quais pensamos ser os adequados para atingir os objetivos que nos propomos a médio prazo.

Os resultados atingidos neste ano ficaram um pouco aquém do pretendido, afetados sobretudo pela baixa de preços em alguns segmentos de produto, em que se verificou crescimento em unidades com regressão em faturação.

Fizeram-se também alguns ajustes no sistema de gestão da qualidade no sentido de adequá-lo o mais possível às necessidades de gestão e funcionalidade da empresa.

Em 2017 os preços de alguns Medicamentos e particularmente das soluções injetáveis de grande volume, e de alguns Dispositivos Médicos de consumo, voltaram a degradaram-se significativamente, o que já não era de todo espectável. Não era expectável principalmente, tendo em conta o que se praticava há cerca de cinco anos atrás, nem comparativamente ao ano anterior em que os níveis de preço já eram significativamente baixos. Esta situação contribuiu de forma significativa para que a empresa decidisse reforçar e insistir ainda mais na reformatação do seu portfólio e abrir novas áreas de negócio ou acentuar o esforço nas que já vinham sendo ajustadas tais como a Neurocirurgia e Endovascular

Em 2018 os resultados de vendas e margem bruta foram bastante penalizados pelo segmento de produtos farmacêuticos, o qual apresentou vendas inferiores, margens mais baixas e perda de quota de mercado. Entre outras, as razões estão maioritariamente associadas à quebra de preços de venda de mercado, do qual a empresa entendeu dever demarcar-se com a consequente perda de faturação.

A cativação de despesa por parte dos hospitais, levou a que os processos de vendas em concursos existentes, tivessem uma execução bastante tardia e com uma eficácia de aquisição bastante baixa. Esta situação, foi responsável pela perda de faturação de cerca de 3 milhões de euros e consequente perda de margem operacional que se refletiu inevitavelmente nos resultados anuais.

As restantes áreas de negócio responderam em linha com o que estava previsto, não se verificando, no entanto, a previsão estimada para a entrada e arranque de novos segmentos, uma vez que as vendas estimadas em plano para novos segmentos não foram totalmente cumpridas, o impacto compensador esperado sobre as perdas do grupo anterior também não se verificou.

Em 2019 as expectativas de obtenção de melhores resultados de vendas, e de melhoria dos resultados líquidos que se pretendiam atingir, aconselhavam de todo, operar uma alteração significativa nas políticas de gestão das equipas comerciais, bem como no seu suporte comercial interno de forma a que, a empresa se posicionasse face aos clientes, bem como na gestão do seu novo ou reajustado portfólio de produtos.

Estava definido um claro objetivo de crescimento global das vendas superior a 1 milhão de euros, o qual foi atingido, obtendo-se um crescimento de cerca de 11,6% relativamente ao ano anterior. Este crescimento suportado pela política de custos existente na empresa, permitiu encerrar o ano com um crescimento superior a 40% no que diz respeito a resultados operacionais.

Relativamente a Resultado Líquido, havia sido definido o objetivo do seu crescimento em cerca de 31% o qual deveria passar não só pelo crescimento de vendas, mas também pela melhoria da margem buta em parte significativa do seu portfólio de vendas. Este objetivo foi atingido dado que se obteve um crescimento de cerca de 59% comparativamente com o ano anterior.

Esta reestruturação que passou por uma melhoria qualitativa dos colaboradores que dão suporte ao departamento comercial, bem como uma maior objetividade do setor comercial, cria fundades expectativas de que o ano de 2020 manteria a mesma tendencia de melhoria de resultados.

Em 2020 tinha-se como dado adquirido que as reformas que levaram aos bons resultados obtidos no ano anterior, seriam para continuar e aprofundar, e ao mesmo tempo, ser um pouco mais ousado e encetar alguns ajustes e reformas em alguns

segmentos de negócio que sabíamos seriam mais rentáveis, mais sustentáveis, e de maior crescimento de vendas e margens no futuro.

Assim não aconteceu, tratou-se de um ano em que toda a gestão de processos fruto das circunstâncias pandémicas não puderam ser aplicados, foram adiados sucessivamente, e praticamente nada foi implementado em termos de reformas.

O teletrabalho, a impossibilidade dos comerciais se moverem e entrarem nos clientes, a limitação na introdução de novos produtos, levaram a que pouco mais do que gestão corrente se fizesse.

Apesar de tudo e todas as contrariedades, as vendas subiram 47.7 % em relação ao ano anterior, e os resultados líquidos melhoraram muito significativamente.

Em 2021, e muito na linha do que já tínhamos vivido em 2020, este ano foi também de avanços e recuos em muitas das ações que pretendíamos implementar no ano anterior. As cirurgias continuaram largamente bloqueadas, e assim sendo, os avanços dos novos produtos foram muito tímidos. Em contrapartida, o tempo que dedicámos na procura de novos produtos, e inovadores, foi bastante bem sucedido. Pensamos ter conseguido 2, ou eventualmente 3 produtos que poderão mudar o paradigma da empresa a partir de 2023.

Por motivos óbvios, e até porque as negociações não estão de todo concluídas, estes projetos não podem ser claramente divulgados, mas estão relacionados com avanços e inovação de processos cirurgicos, e com testes de avaliação da área da intolerância alimentar.

Em termos internos, destaca-se o facto de que, a Administração do Grupo a que a Overpharma pertence, ter dado início a um projeto de integração das empresas que constituem o seu universo empresarial, no sentido de formar um grupo economicamente mais forte e de serviço total. Ou seja, com capacidade de fabrico, de logística própria, de distribuição, de investigação e prestação de serviços regulamentares internos e a terceiros.

O ano 2022 foi um ano de mudança na Overpharma, com impacto nos resultados operacionais da empresa. Além da alteração da Direção Geral, que se mantinha a mesma desde a sua fundação, também o sistema informático sofreu uma profunda alteração e atualização no sentido de o dotar de novas funcionalidades e assim corresponder aos requisitos legalmente impostos, melhorando também a imagem da documentação produzida diariamente.

Life Overall (a vida em geral) não é simplesmente o *slogan* da Overpharma, é uma forma de estar, uma mensagem presente no dia-a-dia, um objetivo a cumprir por todos os que fazem parte da organização. É a nossa consciência de como estar no sector da saúde.

Valores

Rigor na gestão

Transparência

Satisfação do cliente

Ética

Missão

A empresa assume como missão ser um parceiro de referência no fornecimento de produtos médicos e farmacêuticos a todas as instituições públicas e privadas do Serviço Nacional de Saúde, com especial foco nas necessidades do seu mercado e nos seus clientes.

04

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Enquadramento Macroeconómico: Portugal e no Mundo

O ano 2023 é ainda marcado pelos efeitos negativos agravados pelo prolongamento da guerra na Ucrânia. Sendo que a economia mundial segue com inflação elevada, o que implica altas taxas de juro, e desafios de arrefecer a economia o suficiente para baixar os preços sem desencadear uma ampla contração económica.

A economia enfraqueceu no segundo semestre de 2023 devido aos entraves decorrentes das condições de financiamento mais restritivas, da fraca confiança e de perdas de competitividade. Neste sentido assistiu-se a um crescimento real do PIB fraco, ainda assim verificou-se a um crescimento da economia portuguesa no último trimestre de 2023. Segundo dados do INE, a economia portuguesa cresceu 2.2% em termos homólogos e 0.8% face ao terceiro trimestre, tendo garantido um crescimento do PIB de 2.3% para a totalidade do ano. Os dados do INE indicam que a procura interna apresentou um forte contributo para a variação anual do PIB, ainda que inferior ao observado no ano anterior, verificando-se uma desaceleração do consumo privado e do investimento.

Dados do Banco de Portugal, para a economia portuguesa, projetam um abrandamento em 2024 e uma recuperação do seu crescimento nos anos seguintes, prevendo-se que a inflação irá manter uma trajetória descendente.

Economia portuguesa e respetivas projeções (2022-2026)

Projeções Banco de Portugal

	dezembro 2023				
	2022	2023(p)	2024(p)	2025(p)	2026(p)
PIB (tx. var. real %)	6,8%	2,1%	1,2%	2,2%	2,0%
Inflação (%)	8,1%	5,3%	2,9%	2,0%	2,0%
Balança corrente e de capital (% PIB)	-0,2%	3,0%	3,5%	3,7%	4,0%
Taxa de Desemprego (%)	6,1%	6,5%	7,1%	7,3%	7,2%

O Fundo Monetário Internacional (FMI) indica um abrandamento da economia mundial, prevendo-se que o PIB global cresça em 3% e em 2.9% em 2024. O FMI afirma que “apesar das disrupções nos mercados energéticos e da alimentação causadas pela guerra, e o apertar sem precedentes das condições monetárias a nível mundial para combater a inflação em níveis historicamente elevados, a economia global abrandou, mas não parou”, ainda assim o crescimento permanece lento e com crescentes divergências globais.

O boletim de dezembro de 2023 do Banco de Portugal indica que a economia mundial é impulsionada pelas economias dos mercados emergentes, projeta-se uma retoma de crescimento em 2024, isto deve-se ao maior dinamismo das exportações e recuperação do investimento.

Enquadramento internacional e respetivas projeções (2022-2026)

Projeções Banco de Portugal

		dezembro 2023				
		2022	2023(p)	2024(p)	2025(p)	2026(p)
PIB Mundial	tva	3,3%	3,0%	2,8%	3,0%	3,0%
PIB área euro	tva	3,4%	0,6%	0,8%	1,5%	1,5%
Comércio Mundial	tva	6,2%	0,7%	2,7%	3,0%	3,1%
Procura Externa	tva	7,8%	-0,3%	2,0%	3,0%	2,9%
Preço do Petróleo em euros	vma	98,6	77,7	73,9	70,6	67,9
Preço do gás (MWh)	vma	123,1	41,5	47,4	44,2	36,9
Matérias primas não energéticas em euros	tva	19,4	-15,2	-2,6	2,4	1,7

Notas: tva - taxa de variação anual (%); vma - valor medio anual

As projeções apontam para um forte do aumento temporário da inflação dos preços dos produtos energéticos, voltando a descer no segundo semestre de 2024 e aproximando-se de zero em 2025 e 2026. Para o preço dos produtos alimentares é projetada uma descida acentuada no decurso de 2024, devido ao abrandamento das pressões acumuladas devido a descidas dos preços das matérias primas alimentares e energéticas.

Prevê-se que em 2024 a inflação, juros e crescimento devem ser melhores em 2024. O Banco Mundial projeta uma estabilidade dos preços das *commodities* quando considerados índices de preços gerais e setoriais.

O último trimestre de 2023 fica marcado pelos conflitos no Médio Oriente. As projeções pressupõem que o atual conflito será contido em termos geográficos, ou seja, não terá efeitos económicos significativos na economia da Europa. Já os mercados financeiros mundiais após a eclosão do conflito foram prudentes, aumentando os preços do petróleo e acautelando a incerteza económica com ligações comerciais e financeiras com as regiões afetadas.

Contudo é expectável um reforço do crescimento económico no início de 2024 à medida que o rendimento disponível real aumenta e o crescimento das exportações recupera face à melhoria da procura externa, isto justificado pela descida da inflação.

As perspetivas económicas e sociais são condicionadas pela incerteza dos novos focos de tensões geopolíticas e da situação política nacional e no mundo. Para além desta instabilidade também é de ressaltar o contexto global das alterações climáticas, perda de biodiversidade, desflorestação, escassez de recursos, entre outros assuntos a nível da sustentabilidade. Todos os fatores ambientais, as desigualdades e perturbações de coesão social, a acelerada transformação tecnológica e digital, o previsto aumento populacional, colocam à sociedade atual e ao planeta desafios sem precedentes e que necessitam de intervenção imediata.

05

O SETOR FARMACÊUTICO

Na indústria farmacêutica, em Portugal, nos últimos anos, é possível verificar um aumento progressivo e a ritmos superiores aos da economia, mas ainda sem atingir os níveis europeus. O setor farmacêutico pretende desenvolver uma postura mais competitivo de modo a aproveitar as oportunidades que se alinham, após a resposta à crise pandémica, visto não ter sido um obstáculo no setor, mas sim um acelerador do desenvolvimento da indústria farmacêutica em Portugal e no mundo.

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) apresentou, em 2023, a dívida mais baixa dos últimos 10 anos, comparando com os valores mais elevados nos anos de 2017 e de 2022. Tendo este sido o melhor resultado da última década em termos de pagamentos aos seus fornecedores visto que a dívida total desceu para 1.087 milhões de euros no final de 2023, reduzindo 531 milhões face ao período homólogo.

A saúde no ano 2023 enfrentou bastantes desafios ressaltando o conflito entre o Governo e os médicos e enfermeiros do SNS devido ao grau elevado de descontentamento do mesmo o que gera uma grande preocupação com a possível diminuição da qualidade dos cuidados de saúde. Foi elaborado um estudo pelo Observatório da Sociedade Portuguesa da Católica-Lisbon que revela estes mesmos dados de insatisfação e preocupação com o atual sistema de saúde em Portugal.

Dados obtidos do IQVIA indicam que o mercado ambulatorio totalizou vendas de 2.421,2 milhões de euros, efeito da dispensa de 282,8 milhões de embalagens. Estes valores mostram um aumento de 1.8% em valor, ou seja, 42,5 M euros, mas uma redução de -1.1% no volume de vendas, ou seja, uma dispensa de menos 3,16 milhões de embalagens. Esta diminuição no volume de vendas é justificada pela dinâmica de contração do mercado das marcas, uma vez que o segmento dos medicamentos genéricos aumentou. E o aumento em valor ficou a dever-se ao aumento do valor do mercado de genéricos.

Em 2023, o Top 7 de classes terapêuticas, representa 31.2% do mercado e inclui os medicamentos usados no tratamento das doenças crónicas mais comuns. A classe dos antidiabéticos orais inibidores da SGLT2, com uma quota 7%, seguindo-se da classe dos anticoagulantes orais com 6.4%, e em terceiro lugar os antidepressivos, com 4.1% de quota.

No futuro é expectável que até 2040 os cuidados de saúde deixem de existir tal como estão estruturados nos dias de hoje. A relação entre a ciência, saúde e tecnologia será cada vez mais uma simbiose o que fará com que os diagnósticos sejam mais rápidos e se entenda melhor e mais sobre a progressão das doenças. Pretende-se desenvolver um sistema que disponha de registo de dados de cada utente e desta forma realizar um check-up diário ao estado de saúde e a partir daí se caso seja detetado algum problema é encaminhado de imediato a um assistente virtual.

Para manter sempre o foco no bem-estar dos pacientes é essencial o setor da saúde se adaptar e desenvolver a nível tecnológico, de conectividade de dados e de plataformas interativas de forma a ter sucesso no futuro da saúde.

06

ANÁLISE ECONÓMICA

valores em euros	2023	2022	Var. %
Rendimentos Operacionais	16 198 580	15 958 976	1,5%
Resultado Bruto	4 856 520	4 436 982	9,5%
EBITDA	680 737	591 760	15,0%
margem EBITDA	4,20%	3,71%	0,49 pp
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	38 587	19 949	93,4%
EBIT	642 151	571 811	12,3%
margem EBIT	3,96%	3,58%	0,38 pp
Resultados financeiros	(22 212)	(15 407)	-44,2%
Resultados antes de impostos	619 938	556 404	11,4%
Resultado líquido do período	433 063	397 332	9,0%

6.1

VOLUME DE NEGÓCIOS

Em 2023, o volume de negócios registou um acréscimo de 1.5% para os 16.198.001 euros, comparativamente aos 15.954.954 euros registados no ano 2022.

O objetivo global seria atingir os 16.784.440 euros, orçamentados para 2023, no entanto foram tomadas algumas decisões estratégicas que levaram à descontinuação de uma das áreas de atividade da empresa (segmento cardiologia) uma vez que não foi possível recuperar nem atingir os objetivos propostos para essa área que, ao longos dos últimos anos, foi bastante afetada por condicionantes externas.

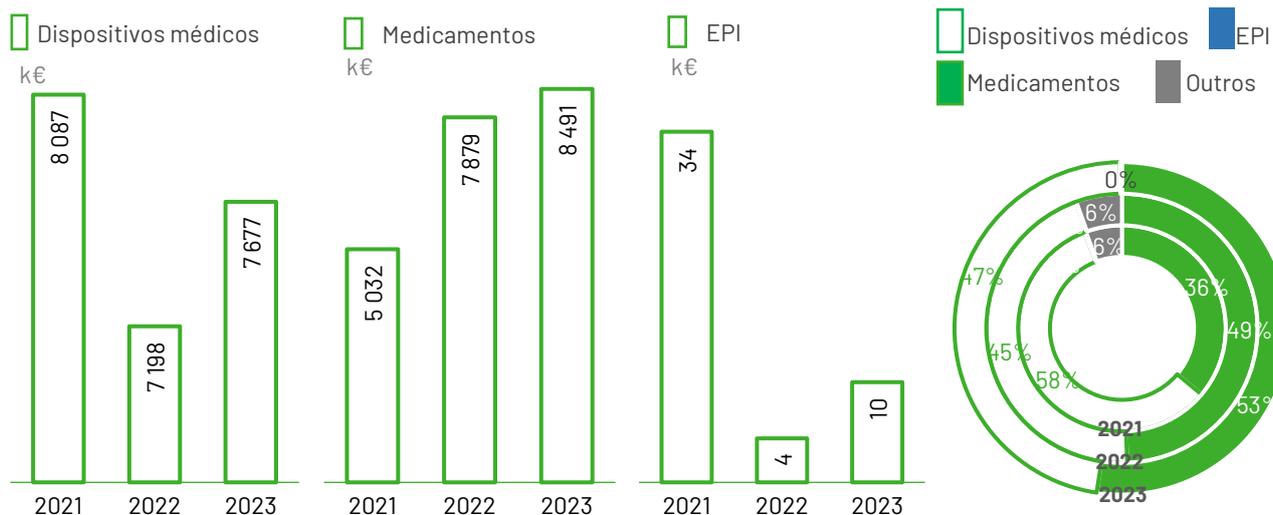
O volume de negócios orçamentado para esse segmento não foi atingido, mas foram desenvolvidos esforços para que esta perda fosse compensada através de outras áreas.

volume de negócios	2023		2022		Var. %
	euros	Peso %	euros	Peso %	
Medicamentos	8 490 900	52,4%	7 879 153	49,4%	7,8%
Dispositivos Médicos	7 676 576	47,4%	7 198 453	45,1%	6,6%
EPI	9 616	0,1%	4 222	0,0%	127,8%
Outros	20 909	0,1%	873 126	5,5%	-97,6%
	16 198 001	100,0%	15 954 954	100,0%	1,5%

Em 2023, a venda de Dispositivos Médicos ascendeu a 7.676.576 euros, registando um acréscimo de 6.6% relativamente ao ano de 2022. Continuou a registar-se um aumento de preços significativo em fornecedores, justificado muitas vezes pela inflação global, e por isso a empresa optou por declinar vendas, de forma a não colocar em risco a rentabilidade para a empresa.

A venda de Medicamentos ascendeu a 8.490.900 euros, registando um crescimento de 7.8% relativamente ao ano 2022. Os Medicamentos representam a maioria do volume de negócios da Overpharma.

Destacaram-se aqui os parceiros principais, Laboratórios Basi, mas também a parceria que iniciada no ano 2023, com a área de Consumer Healthcare da Sanofi (Opella).



6.2 RESULTADOS

Os resultados brutos registaram um acréscimo de 9.5%, para 4.856.520 euros relativamente aos 4.436.982 euros, registados no ano de 2022. A margem bruta ascendeu a 30.0%, registando um ajustamento positivo de 2,2 p.p. comparativamente a 2022.

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registaram um aumento de 15.0% para 680.737 euros evidenciando um ajustamento positivo na margem de 0,49 p.p. relativamente ao ano de 2022.

Os resultados antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT) registaram um aumento de 12.3% para 642.151 euros, evidenciando um ajustamento positivo na margem de 0,38 p.p. relativamente ao ano de 2022.

Os gastos com depreciações ascenderam a 38.587 euros, registando um aumento de 93.4% face ao ano de 2022.

valores em euros	2023	2022	Var. %
Juros e gastos similares suportados	(22 212)	(15 407)	-44,2%

Em 2023, os resultados financeiros registaram um movimento negativo de 6.805 euros para 22.212 euros negativos, relativamente ao ano 2022, que havia registado 15.407 euros negativos.

6.3 INVESTIMENTO

O investimento em 2023 ascendeu a 219.458 euros, a que corresponde um aumento superior a 100% face a 2022.

O investimento em ativos fixos tangíveis ascendeu a 218.378 euros, registando um aumento superior a 100% comparativamente a 2022, justificado essencialmente pela aquisição de equipamento de transporte.

O investimento em ativos intangíveis ascendeu a 1.080 euros, registando um aumento de 28.9% comparativamente a 2022.

valores em euros	2023	2022	Var. %
Investimentos			
Ativos fixos tangíveis	218 378	14 922	>100%
Ativos intangíveis	1 080	838	28,9%
	219 458	15 760	>100%

6.4

RECURSOS HUMANOS

A empresa manteve os seus esforços no sentido de continuar a disponibilizar as condições mais atrativas para o seu quadro de pessoal, numa área de atividade e localização tão agressivas como é o setor comercial da indústria farmacêutica, nomeadamente na área de atuação da Overpharma, onde o grau de especialização é extremamente elevado.

Não obstante disso, fruto de oscilações naturais do mercado de trabalho e da redefinição de um posicionamento mais ajustado às necessidades, o *headcount* sofreu uma diminuição de 2 colaboradores. O número de colaboradores da empresa manteve-se estável nos 36 colaboradores.

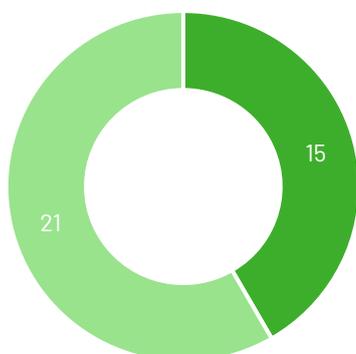
O valor de remunerações e encargos suportados (segurança social, seguros) neste período ascendeu a 1.634.533 euros, o que se traduziu num crescimento de 5.6%, comparativamente ao ano 2022.

Em 2023, registou-se um ajustamento positivo dos índices de desempenho e contribuição por colaborador, traduzidos pelo aumento de 5.1% do rácio VAB/Colaborador, comparativamente a 2022.

valores em euros	2023	2022
Número de trabalhadores no final do período	36	38
Número médio de trabalhadores ao longo do período	36	38
Idade média dos trabalhadores	40	42
Antiguidade média dos trabalhadores (anos)	4	5
Horas de formação totais	846,8	389,0
Média de horas de formação por trabalhador	23,52	10,24
Gastos com o pessoal	1 634 533	1 548 174
Gastos médios por trabalhador	45 404	40 741
VAB por trabalhador	74 963	66 874
Taxa geral de absentismo	1,3%	2,2%
Total de acidentes de trabalho	-	1
Média de acidentes de trabalho por trabalhador	-	0,03

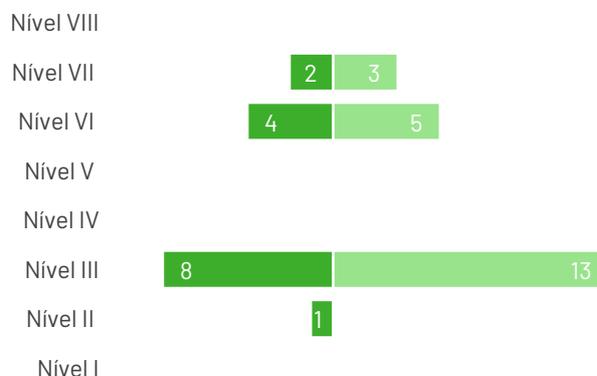
GÉNERO 2023

Masculino Feminino



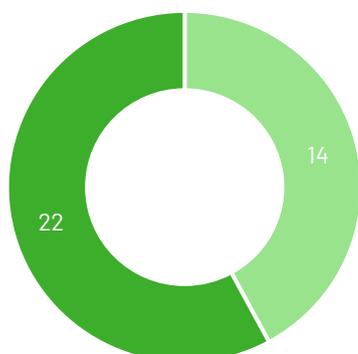
HABILITAÇÕES 2023

Masculino Feminino



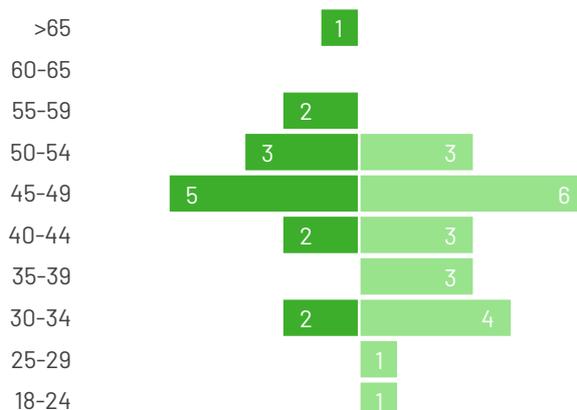
HABILITAÇÕES

■ Outra ■ Superior



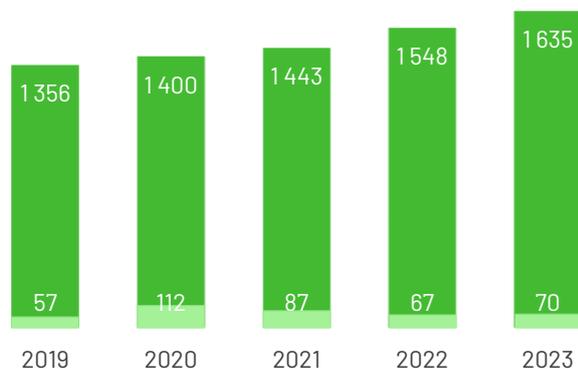
IDADE

■ Masculino ■ Feminino



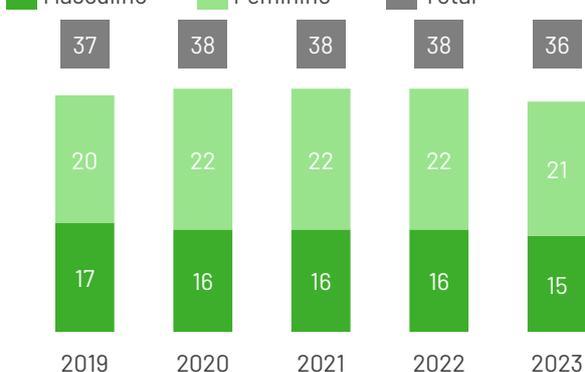
GASTOS COM PESSOAL

■ Custo c/ Pessoal ■ VAB/ Colaborador



N.º COLABORADORES

■ Masculino ■ Feminino ■ Total



6.5

SITUAÇÃO FINANCEIRA

valores em euros	2023	Peso%	2022	Peso%	Var. %
Ativos Fixos	232 798	1,4%	158 176	1,1%	47,2%
Outros ativos não correntes	9 797	0,1%	10 836	0,1%	-9,6%
Inventários	4 340 765	26,5%	3 681 556	24,6%	17,9%
Devedores correntes	11 277 519	68,9%	10 092 724	67,5%	11,7%
Disponibilidades e equivalentes	516 396	3,2%	1 015 613	6,8%	-49,2%
Ativo Total	16 377 275	100,0%	14 958 905	100,0%	9,5%
Capital Próprio	13 540 758	82,7%	13 107 694	87,6%	3,3%
Divida não correntes	84 021	0,5%	-	0,0%	-
Outros passivos correntes	2 751 896	16,8%	1 848 871	12,4%	48,8%
Divida correntes	599	0,00%	2 340	0,02%	-74,4%
Passivo Total	2 836 517	17,3%	1 851 210	12,4%	53,2%

O ativo total a 31 de dezembro de 2023 ascendeu a 16.377.275 euros, face a 14.958.905 euros em dezembro de 2022. O ativo é composto maioritariamente por outras contas a receber, inventários e clientes, representando, em 2023, 49%, 27% e 19% do ativo total, respetivamente.

Os capitais próprios aumentaram de 13.107.694 euros para 13.540.758 euros em 31 de dezembro de 2023. O movimento nos capitais próprios resultou do resultado líquido gerado no período de 2023, que ascendeu a 433.063 euros.

O rácio entre Capitais Próprios e Ativo (autonomia financeira) situou-se, no fim de 2023, nos 82.7%, face aos 87.6% em 2022. Os capitais próprios registaram um aumento de 3.3%.

O passivo total a 31 de dezembro de 2023 ascendeu a 2.836.517 euros, face a 1.851.210 euros em dezembro de 2022. O passivo é composto maioritariamente por fornecedores e outras dívidas a pagar representando 58% e 28% do passivo total em 2022, respetivamente.

Em 2023, o fundo de maneo ascendeu a 13.382.184 euros registando um ajustamento positivo de 3.4% comparativamente a 2022. As necessidades de fundo de maneo ascenderam a 12.866.387 euros, registando um ajustamento negativo de 7.9% comparativamente a 2022, com o investimento em necessidades de fundo de maneo a ascender a 940.978 euros.

O prazo médio de recebimentos (PMR) calculado em 71 dias, face aos 72 dias calculado em 2022. O prazo médio de pagamentos (PMP) calculado em 43 dias, face aos 48 dias calculado em 2022. O prazo médio de Stocks (PMS) calculado em 140 dias, face aos 117 dias calculado em 2022.

valores em euros	2023	2022	Var. %
Ativos não correntes	242 595	169 013	43,5%
Passivos não correntes	84 021	-	-
Capitais próprios	13 540 758	13 107 694	3,3%
Fundo de maneo	13 382 184	12 938 682	3,4%
Necessidades cíclicas - Restantes ativos correntes	15 618 284	13 774 279	13,4%
Recursos cíclicos - Restantes passivos correntes	2 751 896	1 848 871	48,8%
Necessidades de fundo de maneo	12 866 387	11 925 409	7,9%
Caixa e equivalentes de caixa	516 396	1 015 613	-49,2%
Dívida financeira corrente	599	2 340	-74,4%
Tesouraria líquida	515 797	1 013 273	-49,1%

Em 2023, a empresa contratou novas operações de financiamento, nomeadamente locações financeiras no valor de 84.021 euros. O montante em dívida, em 2023, referente à utilização de cartões de crédito ascendeu a 599 euros, comparativamente aos 2.340 euros registados em 2022.

De referir que a empresa no decurso da sua atividade, no âmbito da gestão de tesouraria, recorre a factoring sem recurso, pelo que não apresenta dívida no encerramento do período.

O rácio da dívida líquida pelo valor EBITDA apresenta em 2023 o valor de 0x. O rácio calculado enquadra-se abaixo do limite máximo convencionado (< 4x), para efeito de análise de risco.

valores em euros	2023	2022	Var. %
Dívida Líquida	0	0	-
EBITDA	680 737	591 760	15,0%
Dívida Líquida / EBITDA	0,00 x	0,00 x	0,00 x

Dívida Líquida: dívida financeira (incl. leasing) + suprimentos - disponibilidades

6.6

INDICADORES DESEMPENHO

	2023	2022	Var.
Económicos			
EBITDA	680 737	591 760	15,0%
EBIT	642 151	571 811	12,3%
EBITDA %	4,2%	3,7%	0,5 pp
EBIT %	4,0%	3,6%	0,4 pp
VAB	2 698 669	2 541 203	6,2%
Rentabilidade			
Rentabilidade dos Capitais Próprios	3,2%	3,0%	0,2 pp
Rentabilidade do Ativo	2,6%	2,7%	0,0 pp
Rentabilidade Operacional das Vendas	4,0%	3,6%	0,4 pp
Estrutura			
Autonomia Financeira	82,7%	87,6%	-4,9 pp
Solvabilidade	4,8	7,1	-2,3
Debt to Equity	0,0	0,0	0,0
Leverage	0,6%	0,0%	0,6 pp
Regra Equilíbrio Financeiro Mínimo (REFM)>1	56,2	77,6	-21,4
Liquidez			
Liquidez Geral	5,9	8,0	-2,1
Liquidez Reduzida	4,3	6,0	-1,7
Liquidez Imediata	0,2	0,5	-0,4
Atividade (dias)			
PMP	43	48	-6
PMR	71	72	-1
PMS	140	117	23

07

PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

RISCO CAMBIAL

O risco taxa de câmbio representa a possibilidade de registar perdas ou ganhos em resultado de variações de taxas de câmbio entre diferentes divisas. A exposição ao risco de taxa de câmbio da empresa resulta da existência de operações de importação de origens em que a moeda local é diferente do Euro. Com objetivo de reduzir as flutuações cambiais e sempre que possível, a empresa faz repercutir essas variações nos preços de venda.

RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro representa a possibilidade de existirem flutuações no montante dos encargos financeiros futuros em empréstimos contraídos devido à evolução do nível de taxas de juro de mercado. A Overpharma, no decurso da sua atividade, quando recorre a financiamentos externos está exposta ao risco de taxa de juro dado que grande parte da dívida financeira da empresa é indexada a taxas de juro de mercado.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez representa a capacidade da empresa fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em conta os recursos financeiros disponíveis. A empresa procura garantir que a estrutura e o nível de financiamento seja adequado à natureza das suas obrigações. Quando aplicável, os empréstimos de médio e longo prazo são contratados geralmente por prazos de 3 a 5 anos.

08

OUTRAS INFORMAÇÕES

A Empresa não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Não foram realizados negócios entre a Empresa e os seus Administradores (Art.º 397 do CSC), nem lhes foram concedidos quaisquer empréstimos ou adiantamentos por conta de lucros.

Dando cumprimento ao Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro e Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Gerência da Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda, informa que não tem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social, respetivamente.

Honorários do Revisor Oficial de Contas, nos termos do art.º 66-A do Código das Sociedades Comerciais relativo à revisão legal das contas no período de 2023, no valor de 6.000 euros.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Empresa em continuidade. A Gerência, com base na informação disponível à data sobre o futuro da Empresa, e sem desconsiderar os eventuais e potenciais impactos relacionados com a invasão da Ucrânia, que teve início em fevereiro de 2022, entende que a Empresa mantém capacidade de prosseguir em continuidade, assegurando os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da sua atividade, pelo que, o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras, se mantém adequado e, por isso, estamos convictos que tais impactos relacionados com a invasão da Ucrânia não serão materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do ano de 2023, nem colocarão em causa a continuidade das suas operações, nem os seus compromissos financeiros assumidos, nos próximos 12 meses do ano de 2024.

09

ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

10

PERSPETIVAS

Tal como perspetivamos no ano passado, conseguimos implementar novas estratégias de gestão que nos possibilitaram a retenção dos nossos colaboradores, em linha com a institucionalização do Grupo FHC, tais como implementação de horário flexível, estabelecimento de parcerias estratégicas e criação de eventos que propiciaram um maior bem-estar na empresa. Queremos manter este mesmo nível de atividades no ano 2024, pois o seu sucesso foi visível.

Da mesma forma, queremos continuar orientados para produtos de maior qualidade e maior foco na inovação, que nos permitam continuar a nossa estratégia de diferenciação no mercado hospitalar nacional.

Em 2024 mantemos o desejo de consolidar as nossas soluções para a área de feridas e cirurgia da coluna onde temos feito um grande investimento nos últimos anos. Após o decréscimo dos procedimentos cirúrgicos durante e após a pandemia, os programas de cirurgias já retomaram, quer no sector público quer no sector privado, e por isso, esperamos estar alinhados nesta tendência.

O nosso plano foi, face ao cenário de incerteza que se vive globalmente, algo cauteloso, mas a perspetivar um crescimento significativo para a nossa atividade, onde destacamos o crescimento do nosso parceiro de referência no nosso portfólio e também do grupo FHC (Laboratórios Basi).

11

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Gerência propõe à Assembleia-Geral que o resultado líquido apurado nas demonstrações financeiras no montante de 433.063,38 euros, registado no período de 2023, seja aplicado da seguinte forma:

Resultados transitados: 433.063,38 euros

12

AGRADECIMENTOS

A Gerência gostaria de agradecer ao Contabilista Certificado e ao Revisor Oficial de Contas pelos imprescindíveis e relevantes conselhos e auxílio prestados no ano de 2023. A Gerência gostaria ainda de expressar a sua gratidão aos seus fornecedores, instituições financeiras e outros parceiros de negócios da empresa, pelo seu envolvimento contínuo e confiança demonstrada. Finalmente, a Gerência gostaria de expressar a sua gratidão aos Gerentes, pelo seu trabalho e valiosos conselhos, assim como a todos os colaboradores, pelo seu tempo e pela dedicação que demonstraram ao longo do ano.

Mortágua, 29 de fevereiro de 2024

A Gerência,

Joaquim António de Matos Chaves

(Gerente)

Luís Pedro Gonçalves Simões

(Gerente)

Ana Isabel Palma Gois Nunes

(Gerente)

RELATÓRIO E CONTAS

2023



04.

INFORMAÇÃO
SOCIETÁRIA



01 ÓRGÃOS SOCIAIS

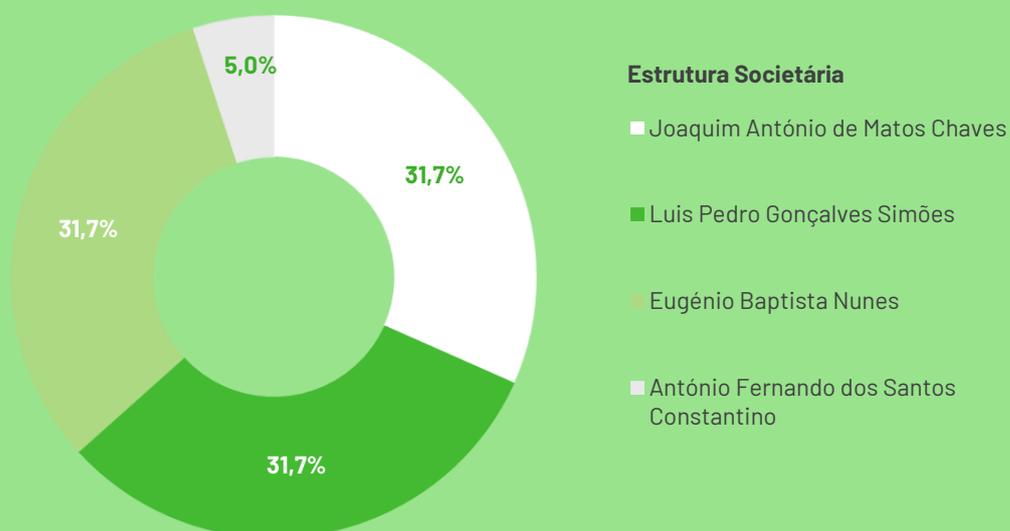
GERÊNCIA

Ana Isabel Palma Gois Nunes

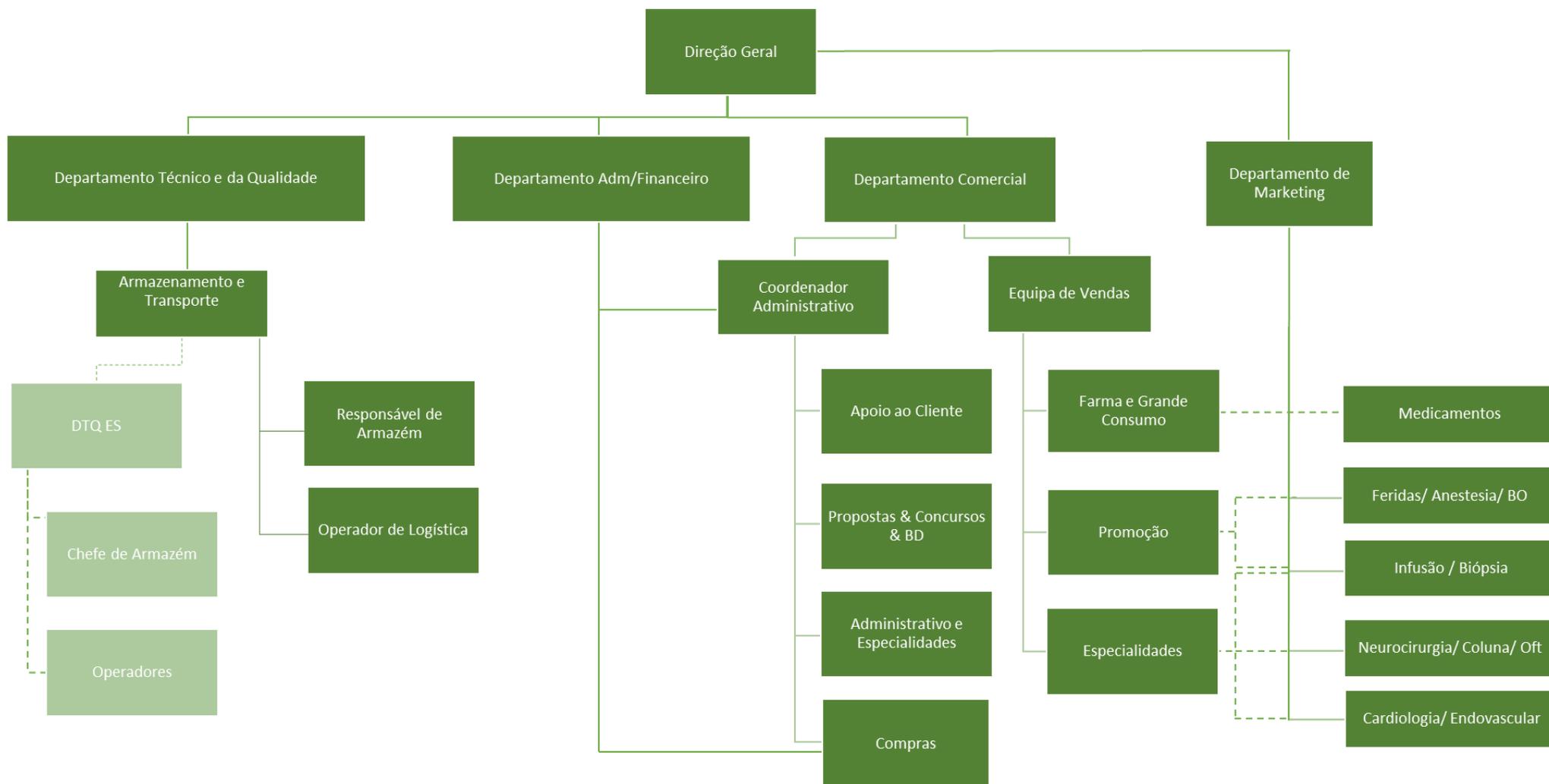
Joaquim António de Matos Chaves

Luís Pedro Gonçalves Simões

02 ESTRUTURA SOCIETÁRIA



03 ORGANOGRAMA



RELATÓRIO E CONTAS

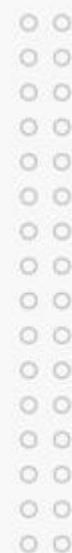
2023



05.

INFORMAÇÃO FINANCEIRA





05.1

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Demonstração de resultados individual por natureza para o ano findo em 31 de dezembro de 2023

valores em euros	Notas	Períodos	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	20	16 198 001	15 954 954
Subsídios à exploração	21	579	4 022
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	22	(11 341 480)	(11 517 972)
Fornecimentos e serviços externos	23	(2 169 745)	(1 893 433)
Gastos com pessoal	24	(1 634 533)	(1 548 174)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	2 051	24 465
Outros rendimentos	25	88 902	65 861
Outros gastos	26	(463 037)	(497 963)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		680 737	591 760
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	27	(38 587)	(19 949)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		642 151	571 811
Juros e gastos similares suportados	28	(22 212)	(15 407)
Resultado antes de impostos		619 938	556 404
Imposto sobre rendimento do período	29	(186 875)	(159 071)
Resultado líquido do período		433 063	397 332

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

A Gerência

Balanço individual a 31 de dezembro de 2023

valores em euros	Notas	Datas	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	232 798	158 176
Ativos intangíveis	6	-	-
Outros investimentos financeiros	7	9 797	10 825
Ativos por impostos diferidos	8	-	11
		242 595	169 013
Ativo corrente			
Inventários	9	4 340 765	3 681 556
Clientes	10	3 156 977	3 131 577
Estado e outros entes públicos	11	-	73 796
Outros créditos a receber	12	8 097 152	6 845 742
Diferimentos	13	23 390	41 610
Caixa e depósitos bancários	4	516 396	1 015 613
		16 134 679	14 789 892
Total do ATIVO		16 377 275	14 958 905
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	14	250 000	250 000
Reservas legais	15	58 395	58 395
Resultados transitados	16	12 799 299	12 401 967
Resultado líquido do período	DR	433 063	397 332
Total do Capital Próprio		13 540 758	13 107 694
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	17	84 021	-
		84 021	-
Passivo corrente			
Fornecedores	18	1 651 787	1 332 262
Estado e outros entes públicos	11	297 921	188 799
Financiamentos obtidos	17	599	2 340
Outras dívidas a pagar	19	794 897	326 814
Diferimentos	13	7 290	996
		2 752 495	1 851 210
Total do Passivo		2 836 517	1 851 210
Total do Capital Próprio e do Passivo		16 377 275	14 958 905

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

A Gerência

Demonstração individual de fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2023

valores em euros	Notas	Períodos	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	10,20	15 421 916	12 789 295
Pagamentos a fornecedores	18,22,23	(13 389 565)	(8 668 111)
Pagamentos ao pessoal	19,24	(929 246)	(771 983)
Caixa gerada pelas operações		1 103 105	3 349 202
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	11	(35 359)	(270 603)
Outros recebimentos/pagamentos	12,19	(1 515 195)	(1 479 279)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	(447 449)	1 599 320
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5,19	(1 940)	(13 814)
Ativos intangíveis	6	(258)	(928)
Investimentos financeiros	7	568	(849)
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	(1 629)	(15 591)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	17	(38 477)	(13 947)
Juros e gastos similares	28	(5 198)	(1 203)
Dividendos	16	-	(1 200 000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	(43 675)	(1 215 149)
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	(492 753)	368 579
Efeito das diferenças de câmbio	25,26	(6 464)	(37 848)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1 015 613	684 881
Caixa e seus equivalentes no fim do período		516 396	1 015 613

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

A Gerência

Demonstração individual das alterações no capital próprio nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
		Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	1	250 000	58 395	12 709 958	892 009	13 910 362
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16	-	-	892 009	(892 009)	-
	2	-	-	892 009	(892 009)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				397 332	397 332
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				(494 677)	397 332
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Distribuições	16			(1 200 000)		(1 200 000)
	5	-	-	(1 200 000)	-	(1 200 000)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	5=1+2+3	250 000	58 395	12 401 967	397 332	13 107 694

	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
		Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	6	250 000	58 395	12 401 967	397 332	13 107 694
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16	-	-	397 332	(397 332)	-
	7	-	-	397 332	(397 332)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				4 333 063	4 333 063
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8				35 731	4 333 063
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
	10	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	10=6+7+8	250 000	58 395	12 799 299	4 333 063	13 540 758

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

A Gerência



05.2

**ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**



01

NOTA INTRODUTÓRIA

A Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda., com sede no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, lote 10, 3450 – 232 Mortágua, com o NIPC 505 792 362, tem como objeto social o comércio por grosso, importação e exportação de produtos médicos e farmacêuticos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pela Gerência. As mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Sócios, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

A Gerência entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro.

02

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

A Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda., apresenta as suas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Dec. Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação nº 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010, de 23 de agosto, Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro e pela Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho, que transpõe para o ordenamento jurídico interno a diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que altera a diretiva n.º 2006/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

O SNC é regulado pelos seguintes instrumentos legais:

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas) – Revoga Portaria 1011/2009, de 9 de setembro;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras) – Revoga Portaria 986/2009, de 7 de setembro;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual) – Revoga aviso 15652/2009, de 7 de setembro;
- Aviso n.º 8255/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística para Microentidades)
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro) – Revoga Aviso 15655/2009, de 7 de setembro;
- Aviso n.º 8257/2015, de 29 de julho (Norma contabilística e de relato financeiros para pequenas entidades) – Revoga Aviso 15654/2009, de 7 de setembro;
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho (Normas Interpretativas) – Revoga Aviso 15653/2009, de 7 de setembro
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo)

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo Internacional Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço individual, a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração individual das alterações no capital próprio, a demonstração individual de fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em cêntimo de Euros.

2.2

INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCECIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS E DOS RESPETIVOS EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE ESTAS DAREM UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA DO ATIVO, DO PASSIVO E DOS RESULTADOS DA ENTIDADE

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3

INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, são comparáveis e estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

03

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas de acordo com o método das quotas constantes anuais, utilizando-se para o efeito as taxas máximas de depreciação constantes no decreto regulamentar nº 2/90 de 12 de janeiro, para os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2009, e o decreto regulamentar nº25/2009, de 14 de setembro, para os bens adquiridos a partir de 01 de janeiro de 2010.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

3.2

ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

3.3

LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.4

OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Estes investimentos financeiros, encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios que o ativo possa estar em imparidade é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrarem existir. Sempre que existam rendimentos obtidos destes investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) os mesmos são registados na demonstração dos resultados.

3.5

INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, sendo que a forma de custeio utilizada é custo médio ponderado. Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso da conversão dos produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamentos são constatadas.

A reversão de perdas por imparidades reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

Em conformidade com a legislação aplicável, a empresa utiliza o sistema de inventário permanente.

3.6

CLIENTES E OUTROS VALORES A RECEBER

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva (ou ao seu custo nominal caso não difira materialmente do custo amortizado) menos qualquer perda por imparidade.

As dívidas de terceiros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e representadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente/outros créditos a receber está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de

informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

Os créditos sobre clientes cedidos em factoring sem recurso, ou seja, em caso de não pagamento por partes dos clientes a perda é assumida pela empresa de factoring, são desreconhecidos do balanço aquando do recebimento das quantias provenientes da empresa de factoring

Os créditos sobre clientes cedidos em factoring com recurso, ou seja, em que no caso de não pagamento por parte dos clientes a empresa de factoring tem o direito de reclamar a empresa as quantias não pagas, mantêm-se reconhecidos no balanço e o risco de incobrabilidade associado é considerado para efeitos de determinação da imparidade.

3.7

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor. Em face do relacionamento com esta entidade, não é exetável a existência de perdas por imparidade nesta rubrica.

3.8

CAPITAL SUBSCRITO E NÃO REALIZADO

De acordo com a NCRF nº 27, uma entidade deve reconhecer instrumentos de capital próprio no capital próprio quando a entidade emite tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a pagar dinheiro ou entregar qualquer outro recurso em troca dos referidos instrumentos de capital próprio. Se os instrumentos de capital próprio forem emitidos antes dos recursos serem proporcionados a entidade deve apresentar a quantia a receber como um ativo na rubrica "Capital subscrito não realizado".

Em cumprimento do disposto no art.º 272 (Sociedade anónimas) do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade da Empresa deve indicar especialmente, o seu capital o valor nominal de cada título (quota ou ação) e os seus respetivos titulares.

3.9

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outros créditos a receber e Outras dívidas a pagar" ou "Diferimentos (ativos ou passivos)".

3.10

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários e outros instrumentos financeiros que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Os excedentes de tesouraria são aplicados em depósitos a prazo com maturidades até um ano. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

- Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:
- Caixa - ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;

- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo amortizado, determinado com base no método da taxa de juro efetiva.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além de caixa e depósitos bancários, os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

3.11

RESERVA LEGAL

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível e não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

3.12

RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas, após o cumprimento das demais obrigações impostas pelo CSC.

3.13

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS E GASTOS COM JUROS

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo ou ao custo amortizado (usando o método de juro efetivo), deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um “ativo que se qualifica” (é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial, caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros calculados com base na utilização do método do juro efetivo, tal como descrito na NCRF 27 - Instrumentos Financeiros;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras reconhecidas de acordo com a NCRF 9 - Locações; e
- Diferenças de câmbio provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira até ao ponto em que sejam vistos como um ajustamento do custo dos juros.

Dependendo das circunstâncias, qualquer dos seguintes elementos podem constituir “ativos que se qualificam”:

- Inventários;
- Ativos fixos tangíveis (Exemplos: Instalações industriais e Instalações de geração de energia);
- Ativos intangíveis;
- Propriedades de investimento.

Os ativos financeiros, e os inventários que sejam fabricados, ou de outro modo produzidos, durante um curto período de tempo não são ativos que se qualificam. Os ativos que estejam prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda quando adquiridos não são ativos que se qualificam, logo não podem ser capitalizados os gastos de financiamento que lhe poderiam ser diretamente imputáveis.

3.14

FORNECEDORES, ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E OUTRAS DIVIDAS A PAGAR

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva ou ao custo nominal caso não difira materialmente do custo amortizado.

3.15

RÉDITO

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo. Quanto aos royalties, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

3.16

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.17

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

As transações em moeda estrangeira encontram-se registadas na moeda funcional (Euro) utilizando as taxas de câmbio à data da sua realização para as converter. Aquando da liquidação dos itens monetários ou à data do balanço, se ocorrer antes, são utilizadas as taxas de câmbio nessa data para reavaliar a quantia em aberto, sendo as diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, apuradas em relação ao valor inicialmente registado e reconhecidas como ganhos ou perdas do período em que a liquidação ou reavaliação ocorre. No entanto, se o valor inicial tiver sido registado em períodos anteriores, a diferença de câmbio é apurada por reporte ao valor transposto pelo uso da taxa de fecho à data do último balanço.

Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico, designadamente inventários, os ativos fixos tangíveis e os intangíveis, mantêm-se expressos, à data de cada balanço, pelas taxas à data da transação e os mensurados pelo justo valor pelas taxas à data da fixação desse valor.

As diferenças de câmbio positivas relativas à atividade de financiamento são relevadas na demonstração dos resultados como "Juros e rendimentos similares obtidos", enquanto as negativas são reveladas na rubrica "Juros e gastos similares suportados". As demais diferenças de câmbio, emergentes de atividades operacionais ou de investimento, integram as rubricas "Outros rendimentos" e "Outros gastos", nos casos de serem positivas e negativas, respetivamente.

3.18

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontra-se corrigido pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Autoridade Tributária e Aduaneira durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos períodos de 2018 a 2021 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em cursos inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2010 e de quatro anos relativamente aos períodos posteriores, estes são suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas "CIRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 21%, acrescida de 1,5% a título de derrama e derrama estadual, além das tributações autónomas em vigor.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período".

No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis, com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associados, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

3.19

EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.20

OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais, quando existem, são deduzidos ao resultado líquido do período.

3.21

JUÍZOS DE VALOR QUE O ÓRGÃO DE GESTÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E QUE TIVERAM MAIOR IMPACTO NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras individuais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 incluem:

- Vidas úteis dos ativos tangíveis, nomeadamente terrenos e edifícios;

- Valorização da produção;
- Ativos por impostos diferidos
- Registo de provisões;
- Estimativa para férias e subsídio de férias e respetivos encargos;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.22

PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

04

FLUXOS DE CAIXA

Os montantes incluídos na rúbrica de caixa e seus equivalentes à data de 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são os seguintes:

	31-dez-2023	31-dez-2022
Caixa - Euros	52	265
	52	265
Depósitos à ordem - Euros	515 616	1 014 163
Depósitos à ordem - Dólares	727	1 185
Total de caixa e depósitos bancários	516 396	1 015 613

Observações complementares

- Os valores de caixa servem para liquidar despesas correntes;
- Os depósitos à ordem correspondem a depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

05

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos períodos de 2023 e de 2022 foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2022			
	Saldo em 01-jan-22	Aquisições / Dotações	Alienação / Abates	Saldo em 31-dez-22
Custo:				
Edifícios e outras construções	152 346	-	-	152 346
Equipamento básico	22 344	-	-	22 344
Equipamento administrativo	125 421	4 216	(1 351)	128 286
Outros ativos fixos tangíveis	833 128	10 706	(34 055)	809 780
	1 133 239	14 922	(35 406)	1 112 756
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	24 251	3 223	-	27 474
Equipamento básico	16 347	999	-	17 347
Equipamento administrativo	114 833	5 407	(1 351)	118 889
Outros ativos fixos tangíveis	813 426	9 482	(32 038)	790 870
	968 857	19 111	(33 389)	954 579
TOTAL ATIVO LÍQUIDO	164 383	(4 189)	(2 017)	158 176
	31 de dezembro de 2023			
	Saldo em 01-jan-23	Aquisições / Dotações	Alienação / Abates	Saldo em 31-dez-23
Custo:				
Edifícios e outras construções	152 346	-	-	152 346
Equipamento básico	22 344	-	-	22 344
Equipamento de transporte	-	212 500	(106 250)	106 250
Equipamento administrativo	128 286	5 878	(1 535)	132 629
Outros ativos fixos tangíveis	809 780	-	-	809 780
	1 112 756	218 378	(107 785)	1 223 349
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	27 474	3 223	-	30 697
Equipamento básico	17 347	999	-	18 346
Equipamento de transporte	-	19 523	-	19 523
Equipamento administrativo	118 889	5 287	(1 535)	122 641
Outros ativos fixos tangíveis	790 870	8 473	-	799 343
	954 579	37 507	(1 535)	990 551
TOTAL ATIVO LÍQUIDO	158 176	180 871	(106 250)	232 798

Os ativos fixos tangíveis da empresa encontram-se registados de acordo com as políticas contabilísticas descritas no ponto 3.1 do presente relatório.

(ver nota 27)

06

ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2022		
	Saldo em 01-jan-22	Aquisições/ Dotações	Saldo em 31-dez-22
Custo			
Programa de computador	69 755	838	70 593
Propriedade industrial	137 955	-	137 955
	207 710	838	208 548
Amortizações Acumuladas			
Programa de computador	69 755	838	70 593
Propriedade industrial	137 955	-	137 955
	207 710	838	208 548
TOTAL ATIVO LÍQUIDO	-	-	-
	31 de dezembro de 2023		
	Saldo em 01-jan-23	Aquisições/ Dotações	Saldo em 31-dez-23
Custo			
Programa de computador	70 593	1 080	71 673
Propriedade industrial	137 955	-	137 955
	208 548	1 080	209 628
Amortizações Acumuladas			
Programa de computador	70 593	1 080	71 673
Propriedade industrial	137 955	-	137 955
	208 548	1 080	209 628
TOTAL ATIVO LÍQUIDO	-	-	-

(ver nota 27)

07

OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os outros investimentos financeiros correspondem ao Fundo de Compensação do Trabalho.

	31-dez-23	31-dez-22
	Não corrente	Não corrente
Outras empresas		
Fundos de Compensação do Trabalho	9 797	10 825
	9 797	10 825

08

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

	31 de dezembro de 2022		
	Reversão		
	Saldo em 01-jan-22	Resultado líquido	Saldo em 31-dez-22
Ativos por impostos diferidos			
Gastos a reconhecer	6	5	11
	6	5	11
	31 de dezembro de 2023		
	Reversão		
	Saldo em 01-jan-23	Resultado líquido	Saldo em 31-dez-23
Ativos por impostos diferidos			
Gastos a reconhecer	11	(11)	0
	11	(11)	0

09

INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	31-dez-23	31-dez-22
Mercadorias	4 340 765	3 681 556
	4 340 765	3 681 556

(Ver nota 21)

10

CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-dez-2023	31-dez-2022
	Corrente	Corrente
Clientes		
Clientes conta corrente	3 156 977	3 131 577
Clientes de cobrança duvidosa	221 473	223 524
	3 378 450	3 355 100
Perdas por imparidade acumuladas	(221 473)	(223 524)
	3 156 977	3 131 577

	31-dez-2023		31-dez-2022	
	Cientes gerais	Grupo / relacionados	Cientes gerais	Grupo / relacionados
Cientes				
Cientes conta corrente	2 960 422	196 555	2 521 648	609 929
Cientes de cobrança duvidosa	221 473	-	223 524	-
	3 181 895	196 555	2 745 171	609 929

	31-dez-2023	31-dez-2022
Perdas por imparidades em dívidas a receber		
Saldo a 1 de Janeiro	223 524	248 249
Aumento	-	101
Reversão	(2 051)	(24 826)
	221 473	223 524

11

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-dez-2023	31-dez-2022
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	-	73 796
	-	73 796
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	77 709	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	174 639	135 827
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	17 649	22 701
Segurança Social	27 924	29 902
Fundo de compensação do trabalho	-	370
	297 921	188 799

12

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	31-dez-2023	31-dez-2022
	Corrente	Corrente
Saldos devedores de fornecedores	18 327	9 040
Devedores por acréscimos de rendimentos	24 975	9 983
Factoring	8 021 417	6 795 900
Outros devedores	32 434	30 819
	8 097 152	6 845 742

13 DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo foram como segue:

	31-dez-2023	31-dez-2022
Diferimentos (Ativo)		
Seguros pagos antecipadamente	18 190	16 695
Outros gastos a reconhecer	5 200	24 915
	23 390	41 610
Diferimentos (Passivo)		
Seguros	384	-
Outros rendimentos a reconhecer - IEFPP	6 907	996
	7 290	996

14 CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de dezembro de 2023 o capital da Empresa, encontra-se totalmente subscrito e realizado.

15 RESERVA LEGAL

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Durante o período de 2023 não foi transferido qualquer montante para reservas legais representando neste período 23.4% do capital social.

16 RESULTADOS TRANSITADOS

Por decisão da Assembleia Geral, foi decidido que o resultado líquido do período de 2022, no montante de 397.332 euros fosse transferido na sua totalidade para a conta de resultados transitados.

	31-dez-2023
Saldo a 1 de janeiro	12 401 967
Transferência R.L.E. 2022	397 332
	12 799 299

17

FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica de financiamentos obtidos tinha a seguinte composição:

	31-dez-2023		31-dez-2022
	Não corrente	Corrente	Corrente
Locações financeiras	84 021	-	-
Cartões de crédito	-	599	2 340
	84 021	599	2 340

18

FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-dez-2023	31-dez-2022
	Corrente	Corrente
Fornecedores		
Fornecedores conta corrente	1 651 316	1 327 243
Fornecedores recepção e conferência	471	5 019
Fornecedores de cobrança duvidosa	(900 000)	(900 000)
	751 787	432 262
Perdas por imparidade acumuladas	900 000	900 000
	1 651 787	1 332 262

	31-dez-2023		31-dez-2022	
	Fornecedores gerais	Grupo/ relacionados	Fornecedores gerais	Grupo/ relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	1 493 638	157 679	1 216 516	110 727
Fornecedores recepção e conferência	(3 729)	4 200	5 019	-
Fornecedores de cobrança duvidosa	(900 000)	-	(900 000)	-
	589 909	161 879	321 535	110 727

19

OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Outras dívidas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-dez-2023	31-dez-2022
	Corrente	Corrente
Saldo credores de clientes	19 495	18 463
Credores por Acréscimo de Gastos:		
Remunerações a liquidar	168 650	-
Seguros a liquidar	2 438	-
Outros credores por acréscimo de gastos	71 412	303 893
Factoring	532 817	-
Outras dívidas a pagar	85	4 458
	794 897	326 814

20

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

A repartição do valor das vendas e prestações de serviços nos períodos de 2023 e de 2022 foram como segue:

	2022			
	Mercado Interno	Mercado Comunitário	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	15 832 996	118 973	2 985	15 954 954
	15 832 996	118 973	2 985	15 954 954

	2023			
	Mercado Interno	Mercado Comunitário	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	15 359 233	34 101	-	15 393 334
Prestação de serviços	804 666	-	-	804 666
	16 163 899	34 101	-	16 198 001

21

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

A rubrica de subsídios à exploração nos períodos de 2023 e 2022 tinham a seguinte composição:

	2023	2022
IEFP - Estágios	579	4 022
	579	4 022

22

CUSTO DAS VENDAS

O custo das vendas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é detalhado como segue:

	2023	2022
	Mercadorias	Mercadorias
Inventários iniciais	3 681 556	7 038 522
Compras	12 213 669	8 365 579
Regularizações	(212 979)	(204 574)
Inventários Finais	4 340 765	3 681 556
C.M.V.M.C.	11 341 480	11 517 972

(Ver nota 9)

23

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

	2023	2022
Trabalhos especializados	1034 390	1345 524
Transporte de mercadorias	534 121	44 969
Rendas e alugueres	136 430	131 070
Outros serviços	81 389	37 542
Despesas de representação	71 812	76 298
Deslocações e estadas	60 406	43 624
Publicidade e propaganda	59 495	29 065
Combustíveis	49 653	57 060
Seguros	48 904	45 077
Conservação e reparação	35 855	33 996
Outros	57 289	49 210
	2 169 745	1 893 433

24

GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais	11 028	137 630
Remunerações do pessoal	1144 140	1099 347
Indemnizações	188 187	7 828
Encargos sobre remunerações	253 429	266 786
Seguros	11 831	10 675
Outros gastos com pessoal	25 918	25 908
	1634 533	1548 174

O número médio de colaboradores em 2023 foi de 36 e no período de 2022 de 38.

25

OUTROS RENDIMENTOS

Os outros rendimentos e ganhos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foram como segue:

	2023	2022
Rendimentos suplementares	14 481	(11 103)
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	1 314
Recuperação de dívidas a receber	(394)	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	-	14 148
Diferenças de câmbio favoráveis	26 622	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	9 119	35 721
Juros e outros rendimentos similares	2 858	-
Outros rendimentos e ganhos	36 215	25 781
	88 902	65 861

26

OUTROS GASTOS

Os outros gastos e perdas, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foram como segue:

	2023	2022
Impostos	30 674	43 445
Descontos de pronto pagamento concedidos	157 682	160 414
Perdas em inventários	40 223	156 137
Gastos e perdas em inv. financeiros	14	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	7 008	71 284
Outros gastos e perdas	227 436	66 683
	463 037	497 963

27

GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Os gastos/reversões de depreciações e de amortização dos períodos de 2023 e de 2022 são os seguintes:

	2023	2022
	Gastos	Gastos
Ativos fixos tangíveis	37 507	19 111
Ativos intangíveis	1 080	838
	38 587	19 949

(Ver nota 5 e 6)

28

RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros, nos períodos de 2023 e de 2022, tinham a seguinte composição:

	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	22 212	15 407
Resultados financeiros	(22 212)	(15 407)

29

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é detalhado com segue:

	2023	2022
Imposto Corrente	186 875	159 071
	186 875	159 071

No período de 2023 a empresa utilizou os seguintes benefícios fiscais:

- Foi aplicada uma majoração de 19.189,07 euros relativamente a gastos com donativos, ao abrigo do artigo 62.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

- Foi aplicada uma majoração de 3.050,00 euros relativamente a quotizações empresariais previstas no art.º 44.º do CIRC.

No período de 2022 a empresa utilizou os seguintes benefícios fiscais:

- Foi aplicada uma majoração de 1.422,75 euros relativamente a gastos com donativos, ao abrigo do artigo 62.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

- Foi aplicada uma majoração de 3.500,00 euros relativamente a quotizações empresariais previstas no art.º 44.º do CIRC.

30

DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas são terceiros com quem existam relações que possam afetar os resultados e a posição financeira da entidade que relata.

A norma define as seguintes partes relacionadas: empresa-mãe, acionistas de referência e familiares próximos, subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas, pessoal chave da gestão da entidade ou da empresa-mãe e familiares próximos, e planos de benefícios pós-emprego.

A natureza do relacionamento com as outras partes relacionadas, descritas no quadro infra, é estabelecido por força do pessoal chave da gestão.

Referência	Denominação	Sede	% Capital
Sócios	Joaquim António de Matos Chaves	Portugal	31,7%
	Luís Pedro Gonçalves Simões	Portugal	31,7%
	Eugénio Baptista Nunes	Portugal	31,7%
	António Fernando dos Santos Constantino	Portugal	5,0%
Pessoal chave da gestão (Overpharma)	Joaquim António de Matos Chaves	Portugal	
	Luís Pedro Gonçalves Simões	Portugal	
	Eugénio Baptista Nunes	Portugal	
Outras partes relacionadas (Pessoal chave da gestão)	Actrádia, S.A.	Portugal	
	Basinnov - Life Sciences - Unipessoal, LDA	Portugal	
	Empifarma - Produtos Farmacêuticos, S.A.	Portugal	
	FHC - Farmacêutica, S.A.	Portugal	
	Grasshopper - Sis. Informação, Lda	Portugal	
	Laboratórios Basi - Indústria Farmacêutica, S.A.	Portugal	
	LDP Torlan, LDA	Portugal	
	Private Atlantic, SGPS, S.A.	Portugal	
	Senhora da Ribeira - Empreendimentos Imobiliários, SA	Portugal	
	Worldrugs, Lda	Portugal	
	Zeone Consulting, LDA	Portugal	
	Laphysan, S.A.U.	Espanha	
	MozPharma, LDA	Moçambique	
	SVP Pharma, Ltd	Reino Unido	
Vitamed	Brasil		

Transações	2023	2022
Vendas e prestação de serviços		
FHC - Farmacêutica, SA	1 054 753	3 235 931
Zeone Consulting, Lda	4 421	-
Empifarma - Produtos Farmacêuticos, SA	26 731	188 608
	1 085 904	3 433 940
Compras e aquisição de serviços		
FHC - Farmacêutica, SA	6 382 874	3 691 278
Empifarma - Produtos Farmacêuticos, SA	1 289	1 003
Zeone Consulting, Lda	200 988	422 026
Laboratórios Basi - Indústria Farmacêutica, SA	49	-
Laphysan	119 383	109 867
Actrádia, S.A.	22 001	15 192
	6 726 583	4 251 258
Saldos	2023	2022
Contas a receber		
FHC - Farmacêutica, SA	196 555	609 929
	196 555	609 929
Contas a pagar		
FHC - Farmacêutica, SA	142 506	-
Zeone - Informática, Lda	15 173	109 835
	157 679	110 727

31

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

31.1

AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência no dia 29 de fevereiro de 2024. No entanto os sócios poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

31.2

ATUALIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO ACERCA DE CONDIÇÕES À DATA DO BALANÇO

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

32

INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Empresa não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Não foram realizados negócios entre a Empresa e os seus Administradores (Art.º 397 do CSC), nem lhes foram concedidos quaisquer empréstimos ou adiantamentos por conta de lucros.

Dando cumprimento ao Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro e Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Gerência da Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda, informa que não tem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social, respetivamente.

Honorários do Revisor Oficial de Contas, nos termos do art.º 66-A do Código das Sociedades Comerciais relativo à revisão legal das contas no período de 2023, no valor de 6.000 euros.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Empresa em continuidade. A Gerência, com base na informação disponível à data sobre o futuro da Empresa, e sem desconsiderar os eventuais e potenciais impactos relacionados com a invasão da Ucrânia, que teve início em fevereiro de 2022, entende que a Empresa mantém capacidade de prosseguir em continuidade, assegurando os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da sua atividade, pelo que, o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras, se mantém adequado e, por isso, estamos convictos que tais impactos relacionados com a invasão da Ucrânia não serão materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do ano de 2023, nem colocarão em causa a continuidade das suas operações, nem os seus compromissos financeiros assumidos, nos próximos 12 meses do ano de 2024.

O Contabilista Certificado

A Gerência

RELATÓRIO E CONTAS

2023



06.

RELATÓRIO DE
FISCALIZAÇÃO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **OVERPHARMA – PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS, LDA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 16.377.274,54 euros e um total de capital próprio de 13.540.757,86 euros, incluindo um resultado líquido de 433.063,38 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

2

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações



financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

3

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

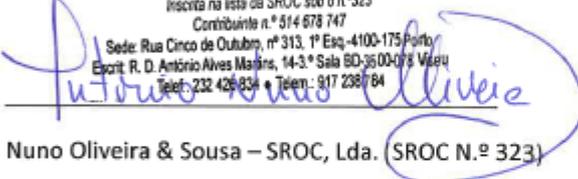
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 7 de março de 2024

Nuno Oliveira & Sousa, SROC, Lda.

Inscrita na lista de SROC sob o n.º 323
Contribuinte n.º 514 678 747
Sede: Rua Cinco de Outubro, nº 313, 1.º Esq.-4100-175 Porto,
Espit. R. D. António Alves Martins, 14-3.º Sala 5D-3500-078 Viseu
Telef.: 232 426 834 • Telex: 917 238 784



Nuno Oliveira & Sousa – SROC, Lda. (SROC N.º 323)

Representada por: António Nuno Mendes Marques de Oliveira (ROC N.º 906)

Inscrição na OROC N.º 323
Registo na CMVM N.º 20180025
E-mail: anm.oliveira.roc@sapo.pt
Telem. 917 238 784

Conservatória do Registo Comercial sob o
Número Único de:
Pessoa Coletiva: 514 678 747
Capital Social: 5.000 €

Rua 5 de Outubro, 313 – 1.º Esq.º
4100 - 175 PORTO



OVER Pharma
life overall



Rua Eduardo Malta, n.º20,
Edifício Malhoa Plaza,
1º piso, escritório 1.7
1070-073 Lisboa, Portugal

info@overpharma.pt

+351 214 307 760